



**AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO INVESTIGATIVO COMPLETO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, INCLUINDO ENSAIOS E APRESENTAÇÕES GRÁFICAS COMPLETAS, INVESTIGAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL, REALIZAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL E A ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE ENCERRAMENTO/DESCOMISSIONAMENTO DO MACIÇO PRINCIPAL, VISANDO SUBSIDIAR E DIRECIONAR AS AÇÕES QUE TRANSFORMARÃO O ENTÃO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, EM UM CENTRO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CTDRS), CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXPOSTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

MODO DE DISPUTA: FECHADO.

REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA

VALOR ESTIMADO: CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

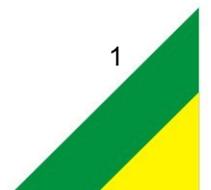
DISPONIBILIDADE DO EDITAL A PARTIR DE 17/02/2021

1. Gratuitamente, no site: www.goiania.go.gov.br;

2. Na COMURG, nos horários: das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, na Av. Nazareno Roriz, nº 1.122, Vila Aurora, Goiânia - Goiás. Os interessados na compra da cópia do Edital deverão depositar o valor de R\$ 20,00 não reembolsáveis, na Conta Corrente nº 1-1, Agência nº 2510 da Caixa Econômica Federal, inerentes aos seus custos reprográficos, informando o Nº do CNPJ da Empresa ou CPF da pessoa que está retirando o Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: em 27/04/2021, às 9h no auditório da sede administrativa da COMURG, situada na Avenida Nazareno Roriz, nº 1.122, Vila Aurora, Goiânia - Goiás.

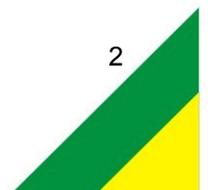
- Todas as referências de tempo neste Aviso de Licitação observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF.





INDÍCE

1 – DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL.....	3
2 – DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA LICITAÇÃO.....	4
3 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA CARACTERIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO E REGIME DE EXECUÇÃO.....	4
4 – DOS PRAZOS.....	4
5 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO VALOR ESTIMADO.....	4
6 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.....	5
7- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	6
8 – DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE.....	7
9 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS	9
10 - DO PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO.....	10
11 - DO ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS.....	13
12 – DO ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	15
13 - DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	19
14 – RECURSOS.....	21
15 - DO ENCERRAMENTO DO CERTAME LICITATÓRIO.....	22
16 - DA GARANTIA CONTRATUAL.....	22
17 – CONTRATAÇÃO.....	23
18 - DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.....	24
19 - DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS.....	26
20 - DA RESCISÃO CONTRATUAL.....	27
21 – PENALIDADES.....	27
22 - ATOS LESIVOS À COMURG.....	28
23 - RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	28
24 – DISPOSIÇÕES FINAIS	29
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS	31
ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO	54
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO LEI 123.....	55
ANEXO IV – MODELO PARA A PROPOSTA	56
ANEXO V – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.....	57
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS LEI 13.30336.....	58
ANEXO VII - MODELO FIANÇA BANCARIA.....	59
ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO.....	60





EDITAL DE LICITAÇÃO
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)

A Companhia de Urbanização de Goiânia – **COMURG**, sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada **CPL**, designada pela **Portaria nº 001/2020 – CPL**, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, nos termos da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, publicado no Diário Oficial do Município nº 7061 de 23 de maio de 2019, doravante denominado “Regulamento”, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislações pertinentes, e tendo em vista o que consta do Processo nº **85756681/2021**, a abertura de licitação, na modalidade **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o **regime de execução empreitada contratação semi-integrada**, destinado à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO INVESTIGATIVO COMPLETO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, INCLUINDO ENSAIOS E APRESENTAÇÕES GRÁFICAS COMPLETAS, INVESTIGAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL, REALIZAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL E A ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE ENCERRAMENTO/DESCOMISSIONAMENTO DO MACIÇO PRINCIPAL, VISANDO SUBSIDIAR E DIRECIONAR AS AÇÕES QUE TRANSFORMARÃO O ENTÃO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, EM UM CENTRO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CTDRS), CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXPOSTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

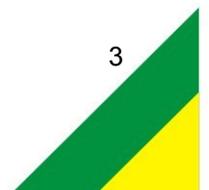
1 – DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

1.1 – A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO INVESTIGATIVO COMPLETO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, INCLUINDO ENSAIOS E APRESENTAÇÕES GRÁFICAS COMPLETAS, INVESTIGAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL, REALIZAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL E A ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE ENCERRAMENTO/DESCOMISSIONAMENTO DO MACIÇO PRINCIPAL, VISANDO SUBSIDIAR E DIRECIONAR AS AÇÕES QUE TRANSFORMARÃO O ENTÃO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, EM UM CENTRO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CTDRS), CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXPOSTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.1.1 - Os serviços serão executados no Aterro Sanitário de Goiânia, conforme detalhado no Termo de Referência e Projeto Básico anexo.

1.2 - Os serviços previstos neste Edital estão discriminados no Anexo I “Especificações Gerais e Técnicas”.

1.3 - Os serviços deverão ser executados em consonância com o Termo de Referência, os projetos, as especificações técnicas, as prescrições contratuais e do Edital, as normas técnicas específicas da construção civil, particularmente da ABNT, NR (Normas de Segurança).





1.4 - Este Edital e seus Anexos podem ser retirados no site da Prefeitura de Goiânia, gratuitamente no endereço eletrônico www.goiania.go.gov.br e na sede da COMURG, nos horários: das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, na Av. Nazareno Roriz, nº 1.122, Vila Aurora, Goiânia - Goiás. Os interessados que optarem pela compra da cópia do Edital, na sede da COMURG, deverão depositar o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), não reembolsáveis, na Conta Corrente nº 1-1, Agência nº 2510 da Caixa Econômica Federal inerentes aos seus custos reprográficos, informando o Nº do CNPJ da Empresa ou CPF da pessoa que está retirando o Edital.

2 – DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA LICITAÇÃO

2.1 - No dia e horário previstos para a abertura da sessão, conforme disposto no Aviso de Licitação, a sessão pública presencial será aberta.

2.2 - Se na data indicada para abertura da sessão, não houver expediente na COMURG, a abertura da licitação ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte ao da data prevista neste Edital, observado o mesmo horário e local, salvo decisão contrária da Comissão Permanente de Licitação, que poderá indicar nova data, caso seja conveniente.

2.3 - Local de realização dos eventos presenciais da licitação: no auditório da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, situada na Avenida Nazareno Roriz, nº 1.122, Vila Aurora, Goiânia – GO.

3 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA CARACTERIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - A presente licitação reger-se-á por este Edital e seus Anexos, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, publicado no Diário Oficial do Município nº 7061, de 23 de maio de 2019 e pela Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislações pertinentes.

3.2 - Procedimento: Licitação COMURG, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG.

3.3 - Modo de Disputa: FECHADO.

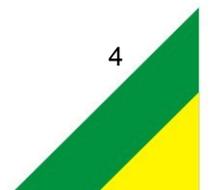
3.4 - Regime de Execução: CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA.

3.5 - Critério de Julgamento: MENOR PREÇO.

4 – DOS PRAZOS

4.1 - O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da respectiva publicação resumida do contrato na imprensa oficial, podendo a vir ser prorrogado, a critério da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG e mediante aceitação da CONTRATADA, mantidas as demais condições contratuais, nos termos da lei e do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

5 - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO VALOR ESTIMADO





5.1 – A prestação dos serviços, objeto deste Edital, correrá à conta dos recursos financeiros oriundos da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, conta nº 2021.8100.15.452.0020.2232.33903900.110.

5.2 – O VALOR TOTAL estimado para a execução é de caráter sigiloso.

6 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

6.1 – Cidadãos e agentes econômicos podem pedir esclarecimentos, exclusivamente pelo endereço eletrônico **licitacao.comurg@gmail.com**, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

6.2 – Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

6.3 – Somente terão validade esclarecimentos prestados por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que os disponibilizará no sítio www.goiania.go.gov.br.

6.4 – Cidadãos e agentes econômicos podem impugnar o edital, exclusivamente pelo endereço eletrônico **licitacao.comurg@gmail.com**, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo o presidente da Comissão de Licitação responder à impugnação, motivadamente, em **até 3 (três) dias úteis**.

6.4.1 - NÃO SERÁ ADMITIDA IMPUGNAÇÃO sem o nome completo ou razão social, CPF/CNPJ, endereço, telefones, e-mail, assinatura do impugnante e sendo pessoa jurídica deverá estar acompanhada de documento que comprove a representatividade de quem assina a impugnação.

6.5 – Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 18h:00min do último dia previsto para sua interposição.

6.5.1 – O impugnante deverá certificar-se do recebimento da impugnação, isentando a **COMURG** de quaisquer responsabilidades por falha na transmissão de dados via internet.

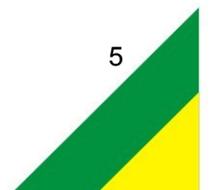
6.6 – O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados em 6.1 e 6.4.

6.7 – Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.8 – Aplica-se, no que couber, quanto aos pedidos de esclarecimento e impugnação, o disposto no artigo 31 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

6.9 – O licitante, através de consulta permanente aos sítios acima indicados, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer **alterações** e **esclarecimentos** sobre o Edital, não cabendo à **COMURG** a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

6.10 – Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados em sítio eletrônico.





7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Poderão participar desta licitação, toda e qualquer empresa legalmente estabelecida no país, especializada no ramo de serviços objeto desta licitação e que satisfaça integralmente as condições e exigências deste Edital.

7.2 - A participação nesta licitação implica automaticamente na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

7.3 - O não cumprimento dos requisitos de proposta e de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

7.4 – Não poderão participar as pessoas jurídicas que tenham sofrido:

a) Penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993;

b) Penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública;

c) Penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do Artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, aplicada por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública nacional e a prevista no artigo 46 da Lei nº 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) Penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992;

e) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

7.5 –Serão impedidas de participar, também, as pessoas jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

7.6 – Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação.

7.7 - É vedada, ainda, a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia:

7.7.1 - De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

7.7.2 - De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

7.7.3 - De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico,





subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

7.8 - É permitida a participação de pessoa jurídica ou física de que trata o subitem 7.7.2 e 7.7.3 em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da COMURG.

7.9 - Para fins do disposto no subitem 7.7, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou de trabalho entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

7.10 - O disposto no subitem 7.9 aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela COMURG no curso da licitação.

7.11 - Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇOS.

7.12 - Não será admitida a participação de consórcios.

8 – DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE

8.1 - Durante os trabalhos, poderão estar presentes mais de um representante de cada empresa, contudo, apenas 01 (um) representante legal se manifestará a cada sessão, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por seu representado. Demais interessados poderão assistir às sessões desde que não tumultuem o procedimento, sendo convidado, a se retirar da sessão aquele que assim não proceder.

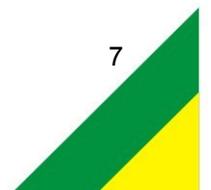
8.2- O credenciamento será efetuado por meio de:

8.2.1 - Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do representante legal da empresa licitante (diretor, sócio, superintendente ou procurador estabelecido).

8.2.2 - Estatuto/contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.2.3 - Instrumento público de procuração, emitido por Cartório competente, ou **Instrumento de mandato particular** (modelo apresentado no ANEXO II), assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Procedimento Licitatório com firma reconhecida em cartório. Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.

8.2.3.1 - O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular **ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos**, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a esta Licitação.





8.3 - As MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão **ENTREGAR, EM SEPARADO do envelope de PROPOSTA DE PREÇOS e de HABILITAÇÃO, NO ÍNICIO DA SESSÃO** deste certame, seu enquadramento no artigo 3º da LC nº 123/2006, conforme modelo constante do ANEXO III – deste Edital, com a indicação de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob pena de presunção de renúncia ao tratamento diferenciado, e não poderá invocá-lo.

8.3.1 – CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, segundo disposição do artigo 3º da Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI nº 36 de 03/03/2017.

8.3.1.1 – Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da pequena empresa.

8.3.1.2 – Demonstração do resultado do exercício – DRE do exercício anterior, apresentado na forma da Lei, por fotocópia devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, a fim de subsidiar a verificação do item 12.4.2, em atendimento às exigências da LC n.º 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

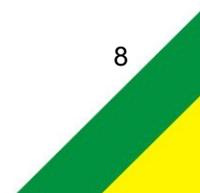
8.3.1.3 – Também serão aceitas a DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

8.4 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, a aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.5 - O credenciamento na forma disciplinada neste item e a(s) declaração(ões) a que se refere(m) o(s) item(ns) anterior(es) deverão ser entregues fora do(s) envelope(s) de proposta e habilitação, antes da sessão.

8.5.1 - Caso a empresa decida enviar o material relativo ao certame, pelo correio, ou seja, sem representante na sessão, deverá encaminhar junto ao envelope do item 9, um envelope avulso identificado como "DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006", contendo as informações do subitem 8.3, sob pena de presunção de renúncia ao tratamento diferenciado.

8.6 - Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos deste(s) item(s) terão poderes para formular verbalmente, na sessão, lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Comissão Permanente de Licitação, assinar a ata, na qual, estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente.





8.6.1 - A Licitante que se retirar antes do término da sessão deixando de assinar a ata, considerar-se-á que esta renunciou ao direito de oferecer lances e recorrer de todos os atos da Comissão Permanente de Licitação.

9 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS

9.1 - No dia, horário e local marcados para abertura da sessão, a Comissão Permanente de Licitação receberá os **envelopes nº 01 - Proposta de Preços** e **nº 02 - Documentos de Habilitação**, os quais deverão ser apresentados fechados de forma indevassável e rubricados no fecho, contendo os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
DATA DE ABERTURA: XX/XX/2021
HORÁRIO: 09:00h.
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL: TELEFONE:

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
DATA DE ABERTURA: XX/XX/2021
HORÁRIO: 09:00h
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ N.º
E-MAIL: TELEFONE:

9.2 - Os documentos relativos ao **credenciamento**, à **proposta** e à **habilitação**, poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação, ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

9.2.1 - Visando a agilidade dos trabalhos licitatórios sugerimos que a(s) licitante(s) que pretender(em) autenticar os documentos na **COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA**, o faça até o 2º dia antes da data de abertura da licitação, no horário comercial e local previsto **no rodapé deste edital**.

9.2.2 - Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada no *site* correspondente pela a Comissão Permanente de Licitação, serão aceitas cópias simples.

9.3 - A partir do momento em que a Comissão Permanente de Licitação proceder à abertura do primeiro envelope, não serão aceitos novos licitantes.

9.4 - Recebidos os envelopes, a Comissão Permanente de Licitação procederá a abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e pelos participantes que o desejarem.





9.5 - Os interessados que quiserem utilizar-se da via postal deverão encaminhar seu envelope de Proposta Preços, dentro de um invólucro, endereçado à Comissão Permanente de Licitação, com os dizeres "ESTE INVÓLUCRO SÓ PODERÁ SER ABERTO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO", o qual só será aceito se recebido pela Comissão Permanente de Licitação até o horário da abertura dos trabalhos, sem qualquer violação de seu conteúdo.

9.6 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.7 - O licitante deverá examinar cuidadosamente todas as instruções, condições, documentos padrões, exigências, leis, decretos, normas e especificações citadas no Edital e seus Anexos.

9.8 - Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

10 – DO PROCESSAMENTO DE LICITAÇÃO

10.1 - A sessão será declarada aberta, iniciando-se a fase de credenciamento, conforme item 8.

10.2 - Após findada essa etapa de abertura da sessão e de posse da relação dos licitantes credenciados, será questionado aos licitantes presentes se há alguma empresa que se enquadre legalmente na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e queira se beneficiar do tratamento diferenciado contido na LC nº 123/2006.

10.2.1. O licitante que pleitear o benefício de que trata o caput do subitem 10.2 deverá apresentar, no ato, a documentação exigida conforme subitem 8.3 deste edital.

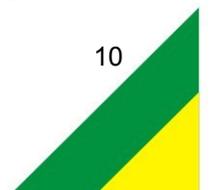
10.3 - Serão recebidos os envelopes de "Proposta de Preços". Estes serão abertos e os valores apresentados por cada licitante serão lidos em voz alta. As propostas serão verificadas se estão em conformidade com as exigências do Edital, quanto ao objeto e ao preço, conferidas e rubricadas pela Comissão Permanente de Licitação e licitantes representados.

10.4 - As Propostas de Preços serão então ordenadas e classificadas por ordem decrescente de vantajosidade;

10.4.1. Será considerada a Proposta de Preços de maior vantajosidade aquela de menor valor global ofertado para a execução do objeto da licitação em questão, devendo este ser menor do que aquele estimado pela COMURG.

10.5 - Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que tenham a sua condição regularmente comprovada, nos moldes do subitem 8.3 do Edital.

10.5.1. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.





10.6 - Será assegurada a preferência de contratação a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, respeitada as seguintes disposições:

10.6.1. Constatado o empate ficto de preços da proposta de menor preços com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a Comissão Permanente de Licitação divulgará a ordem de classificação das propostas informando o empate de preços;

10.6.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em empate ficto, observada a ordem de classificação, serão convocadas para apresentar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, nova PROPOSTA DE PREÇOS, obrigatoriamente inferior àquela de menor valor global oferecido;

10.6.3. Caso não seja apresentada a nova proposta de que trata o subitem 10.6.2, as demais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte licitantes com propostas até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada serão convidadas a exercer o mesmo direito, conforme a ordem de classificação das respectivas propostas, sanados eventuais empates por sorteio.

10.7 - Nas licitações em que, após o exercício de preferência de que trata o artigo 51 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, esteja configurado empate em primeiro lugar, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

10.7.1 - Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

10.7.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

10.7.3 - Ou, nesta ordem:

10.7.3.1 - Produzidos no País;

10.7.3.2 - Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

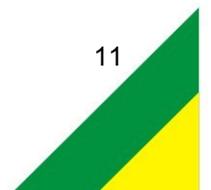
10.7.3.3 - Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.7.4 - Sorteio.

10.8 - O critério de desempate ficto somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

10.9 - Encerrada a etapa anterior e sanados os possíveis empates, será definida a ordem de classificação das propostas válidas de forma decrescente de vantajosidade.

10.9.1 - Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a comissão de licitação poderá negociar com a licitante condições mais vantajosas nos termos do art. 55 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.





10.9.2 - A negociação será feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

10.9.3 - Se depois de adotada a providência referida no subitem 10.9.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será declarada fracassada.

10.10 - Efetuado o julgamento das propostas, será promovida a verificação de sua efetividade. Na verificação da conformidade da proposta apresentada com os requisitos do Edital, será desclassificada aquela que:

10.10.1 - Contenham vícios insanáveis;

10.10.2 - Não obedeça às especificações técnicas previstas neste Edital e seus Anexos;

10.10.3 - Resulte em preço manifestamente inexequível;

10.10.4 - Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, ressalvada a hipótese de orçamento sigiloso;

10.10.5 - Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COMURG;

10.10.6 - Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

10.11 - A Proposta de Preços será então verificada quanto a eventuais discrepâncias numéricas, podendo as mesmas serem corrigidas, caso a Comissão Permanente de Licitação constate a existência de erros na proposta, da seguinte forma:

10.11.1 - Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

10.11.2 - Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Comissão procederá à correção dos subtotais, mantendo-se os preços unitários cotados pelo licitante, multiplicando-os pelos quantitativos da Planilha Orçamentária da COMURG.

10.12 - O preço máximo que a COMURG admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação é o global previamente estimado em seu orçamento de referência.

10.13 - A COMURG não aceitará valores unitários superiores aos do orçamento de referência da COMURG.

10.14 - Confirmada a efetividade da proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a Comissão ainda deverá negociar condições mais vantajosas à COMURG.

10.15 - Concluída a fase de negociação, caso haja alteração no valor da proposta de preços, a licitante deverá reelaborar e apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, os





documentos elencados no item 11.2, com os respectivos valores adequados, em original ou cópia autenticada, podendo ser enviado por meio eletrônico, sob pena de eliminação do certame.

10.16 - Depois de concluída a etapa de negociação e verificação da nova planilha adequada ao valor negociado, a Comissão analisará os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em original ou cópia autenticada, conforme o disposto no item 12 deste Edital sob pena de eliminação do certame.

10.17 - Após a análise dos documentos solicitados no subitem 10.16, caso haja o cumprimento dos requisitos deste Edital e seus Anexos, será declarado o LICITANTE VENCEDOR, através de publicação nos moldes estabelecidos em lei.

10.18 - Em caso de inabilitação da então licitante vencedora, serão convocados os licitantes remanescentes, obedecendo-se a ordem de classificação das propostas, para fase de negociação.

10.19 - Após informado o resultado da licitação, definindo o LICITANTE VENCEDOR, iniciar-se-á prazo para interposição de recursos, pelos interessados, nos moldes previstos no item 14 deste Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.20 - A declaração falsa relativa aos impedimentos de participação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

10.21 - A falta de data ou assinatura nas declarações elaboradas pela própria licitante, poderá ser suprida pelo Representante Legal presente à sessão de abertura dos envelopes, se comprovadamente possuir poderes para esse fim.

11 – DO ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 - A Proposta de Preços deverá ser impressa eletronicamente, de preferência em papel tamanho A-4 com a identificação da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo que todas as folhas devem estar assinadas pelo seu representante legal.

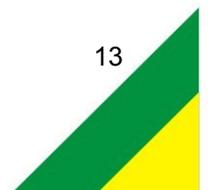
11.2 - Da proposta deverá constar:

11.2.1 - Resumo da Proposta de Preços, conforme modelo sugerido no ANEXO IV, devidamente assinada tanto pelo representante legal como pelo Responsável Técnico, com a indicação do preço global, para a execução dos serviços, grafado em algarismo e por extenso;

11.2.1.1 - Na proposta de preços, a licitante DEVERÁ utilizar **2 (duas) casas decimais**;

11.2.1.2 - Prazo de validade da proposta, que **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos** da data marcada para a abertura das propostas de preços;

Observação: Os poderes conferidos ao signatário da carta proposta, para representação legal da empresa licitante, devem ser demonstrados na sessão pública.





11.2.2 - Planilha Orçamentária, com quantitativos, preços unitários e totais, conforme modelo do ANEXO I – A, na forma **IMPRESSA** e em **ARQUIVO EDITÁVEL (ENVIADO POR E-MAIL)**, cujos itens, discriminações, unidades de medição e quantidades **NÃO** poderão ser alterados pela licitante, exceto quando devidamente estabelecido em ERRATA ou em ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS, bem como nas partes do objeto definidas no Projeto Básico nas quais serão permitidas inovações tecnológicas, quando for o caso.

11.2.2.1 - Para efeito de preenchimento da planilha de quantidades de serviços e preços, a licitante não poderá:

- a) Cotar preço unitário e global superior ao orçamento previamente estimado pela COMURG, ou preço global inexequível;
- b) deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.

11.2.3 - Composições de Custo Unitário de todos os itens de serviço da planilha de preços, adequadas aos valores unitários da Planilha Orçamentária, na forma **IMPRESSA** e em **ARQUIVO EDITÁVEL (ENVIADO POR E-MAIL)**.

11.5 - Todos os resultados das operações aritméticas realizadas na elaboração das propostas de preços, inclusive as parciais, devem ter suas **partes decimais consideradas com duas casas**, utilizando-se as regras matemáticas de aproximação (arredondamento).

11.6 - A licitante deverá considerar, na elaboração da proposta de preços, todas as despesas necessárias à execução total dos serviços, conforme as especificações e Anexos contidos neste Edital. Os preços unitários e globais contratuais incluirão, entre outros, encargos relacionados com as seguintes despesas:

11.6.1 - Insumos e materiais necessários aos serviços, excluídos aqueles fornecidos pela COMURG;

11.6.2 - Mão-de-obra especializada ou não;

11.6.3 - Transportes e deslocamentos;

11.6.4 - Utilização de equipamentos;

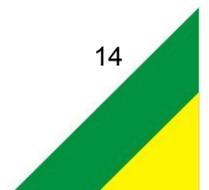
11.6.5 - Despesas com alimentação e hospedagem;

11.6.6 - Encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável;

11.6.7 - Os custos de realização de todo o recrutamento e treinamento da mão-de-obra especializada;

11.6.8 - Tributos e demais despesas diretas e indiretas, lucro, entre outros;

11.6.9 - Dispêndios resultantes de tributos, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à COMURG.





12 – DO ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 - Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual (Envelope nº 2), devidamente fechado, conforme relação a seguir:

12.2 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

12.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

12.2.2 – Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento da licitação.

12.2.3 – Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

12.2.4 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante.

12.2.5 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante.

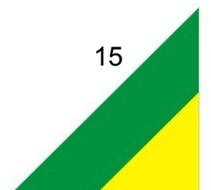
12.2.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº [12.440/2011](#) e Resolução Administrativa TST nº [1470/2011](#).

12.2.7 – A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

12.2.7.1 – Será concedido à licitante vencedora, enquadrada no caput deste item quando encerrada a fase de classificação das propostas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a regularização das pendências, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério da Comissão Permanente de Licitação e, desde que solicitado, por escrito, pela LICITANTE.

12.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.3.1 – Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.





12.3.1.1 – Nos casos de **participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado** juntamente com a **Certidão Positiva com efeitos de Negativa** exigida no item anterior, **atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a COMURG**, levando em consideração o objeto a ser licitado.

12.3.2 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

12.3.2.1 – O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

12.3.2.2 – O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital". Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

12.3.2.3 – Quando S/A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou ainda, a publicação do mesmo no Diário Oficial.

12.3.2.4 – A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, **o qual deverá apresentar resultado igual ou superior a 1**, e deverá ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- **ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) ≥ 1**
- **ILC = (AC) / (PC) ≥ 1**
- **ISG = AT / (PC+ELP) ≥ 1**

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável em longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível em longo prazo

PL = patrimônio líquido

12.3.2.5 – As licitantes poderão apresentar no lugar dos documentos solicitados no item **12.3.2.4**, prova de que possuem, na data da apresentação da proposta, capital social **ou patrimônio líquido, mínimo,**





igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta.

12.3.2.6 – A comprovação do capital social ou patrimônio líquido deverá ser feita através do Contrato Social, Certidão da Junta Comercial, Publicação Oficial ou ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.

12.3.2.7 – Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido no **subitem 12.3.2.**

12.3.2.8 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos na forma do item **12.3.**

12.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.4.1 - Certidão de Registro em conselho que lhe permita as atribuições devidas para o desempenho das funções necessárias para o exercício das atividades requeridas neste Edital e seus anexos, com jurisdição no domicílio da sede da empresa participante do certame licitatório;

12.4.2 - Atestado de Capacidade técnico-operacional cuja comprovação se fará através de Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão da pessoa jurídica para o desempenho de atividade(s) pertinente(s) em característica(s) com o objeto da licitação, referente(s) à execução de serviços análogos àqueles da presente licitação.

12.4.2.1 - Para o julgamento da capacidade técnico-operacional, será utilizada como parâmetro a comprovação que já monitorou ou realizou estudos/serviços afins ou similares aos previstos para desenvolvimento dos trabalhos objetivados neste Edital, em aterro do tipo bolo de noiva, que receba no mínimo 7.000 t (sete mil toneladas) de resíduos por mês, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

12.4.2.2 - A exigência de apresentação de atestado na realização do presente processo licitatório tem a finalidade de certificar que as concorrentes comprovem que sua qualificação é compatível com o objeto do certame, visando assegurar que as empresas estejam aptas a bem executar a obra em questão.

12.4.2.3 - O licitante deverá apresentar os atestados com os serviços e seus respectivos quantitativos destacados.

12.4.3 - Atestado de capacitação técnico-profissional, cuja comprovação se fará através do fato da licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissionais que atuarão diretamente na execução dos serviços,** detentor(es) de Atestado(s), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhados da Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, registrado(s)/emitido(s) pelo Conselho Regional da Categoria que comprove(m) já haver o(s) profissional(is) executado os serviços pertinentes ao





objeto dessa licitação.

12.4.3.1 - A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Proprietário, sócio administrador, dirigente ou assemblado da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou ainda, no caso de empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- b) Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;
- c) Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no Conselho Regional da Categoria;
- d) Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

12.4.3.2 - Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita do ato constitutivo da mesma e certidão do Conselho Regional da Categoria devidamente atualizada.

12.4.3.3 - O profissional constante da certidão acima, detentor do acervo técnico será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela COMURG.

12.4.4 - Declaração emitida pela licitante que no ato da contratação possuirá em seu quadro permanente os seguintes profissionais:

12.4.4.1 - Para o Estudo Hidrogeológico deverá possuir nível superior completo, com graduação em Geologia ou Engenharia Geológica, e experiência profissional comprovada por meio de acervo técnico emitido pelo Conselho Regional ou ART;

12.4.4.2 - Para o desenvolvimento dos estudos de estabilidade dos maciços deverá ter ao menos um profissional com formação em Engenharia de Agrimensura ou Cartográfica, ou mesmo um Engenheiro Civil especializado na área Topográfica.

12.4.4.3 - Para elaborar e assinar o projeto de encerramento/descomissionamento do Maciço Principal deverá ter formação em Engenharia Ambiental e Sanitária ou Engenharia Civil com especialização em Meio Ambiente ou áreas afins. Ressalta-se ainda que o profissional deve comprovar experiência em elaboração de projetos para aterros sanitários.

12.4.5 - Carta de Apresentação da documentação da licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal





investidura devidamente comprovada, contendo informações e declarações conforme ANEXO V deste edital.

12.4.6 - Declaração de que a licitante tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço, do local e das condições de sua execução, assumindo total responsabilidade por este fato e consequentes obrigações, bem como assumindo nulidade de quaisquer argumentos futuros em seu favor que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

12.4.7 - Declaração de ausência dos impedimentos dos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme Modelo no Anexo VI do Edital.

12.5 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.6 - Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.7 - As certidões que não trouxerem em seu bojo o respectivo prazo de validade serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão, salvo disposição legal, que deverá ser anexada à certidão.

12.8 - As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente, salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 (Tratamento diferenciado aplicado às Microempresas, Empresas de Pequeno porte ou as assim equiparadas, quando se trata de documentação fiscal e trabalhista).

12.9 - Não serão aceitos pela Comissão Permanente de Licitação "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

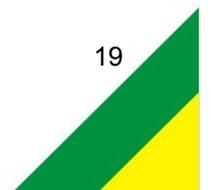
12.10 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente ou cópia simples, caso em que será autenticada pela Comissão Permanente de Licitação. Para tal autenticação pela Comissão, é necessário a apresentação do documento original juntamente com a respectiva cópia.

12.11 - A apresentação de qualquer documento com falsidade material ou intelectual sujeitará o licitante à aplicação da sanção de suspensão temporária do direito de participar de licitação, de acordo com os critérios do artigo 87 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, além das demais cominações legais.

13 – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas é o de **menor preço** para a execução dos serviços.

13.2 - O valor global para a execução dos serviços será o proveniente da multiplicação dos quantitativos estimados pela COMURG na Planilha Orçamentária, pelos preços unitários cotados pelo licitante.





13.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

13.3.1 - Resultar em preço total superior ao estabelecido pela COMURG;

13.3.2 - Apresentarem valor de BDI superior ao adotado pela COMURG;

13.3.3 - Deixarem de apresentar preços unitários para todos os itens da Planilha de Preços;

13.3.4 - Sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação qualitativa e quantitativa dos serviços licitados;

13.3.5 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com este instrumento convocatório ou sejam manifestamente inexequíveis.

13.4 - Serão consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

13.4.1 - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento previamente estimado pela COMURG; ou

13.4.2 - Valor do Orçamento previamente estimado pela COMURG.

13.5 - A Comissão Permanente de Licitação promoverá diligência, sempre que necessário, de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

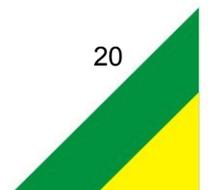
13.6 - Na hipótese que trata o subitem 13.4, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

13.7 - A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

13.8 - Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes classificados forem inabilitados, a licitação será declarada fracassada.

13.9 - Sendo declarada vencedora Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis uma única vez, por igual período a critério da Comissão Permanente de Licitação e, desde que solicitado, por escrito, pela Licitante, cujo termo inicial corresponderá no momento que a proponente for declarada classificada em primeiro lugar (vencedora), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.9.1 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 13.9 implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, sendo facultado à COMURG convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociação, ou fracassar, ou revogar a licitação.





13.10 - É reservado à Comissão Permanente de Licitação o direito de exigir, em qualquer época ou oportunidade os documentos ou informações complementares que julgar necessário ao perfeito entendimento e compreensão dos documentos apresentados.

14 - RECURSOS

14.1 - Após o término da fase de habilitação haverá **fase recursal única**.

14.2 - Os licitantes que desejarem, em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação, deverão manifestar imediatamente, após o término da sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.3 - A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá **protocolizar o seu recurso**, na sede da Companhia de Urbanização de Goiânia, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.4 - Não será admitida apresentação das razões de recursos, por intermédio de cópia não autenticada ou via *e-mail*.

14.5 - **As razões recursais serão disponibilizadas em sítio eletrônico.**

14.6 - Os licitantes são responsáveis pela contagem dos prazos acima mencionados, bem como pelo acompanhamento das publicações ocorridas no endereço eletrônico **www.goiania.go.gov.br**, ficando a **Companhia de Urbanização de Goiânia** isenta de quaisquer responsabilidades por perda de prazo.

14.7 - Apresentadas as razões e contrarrazões, a Comissão Permanente de Licitação disporá de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para reavaliar sua decisão e dar os seguintes encaminhamentos, conforme o caso:

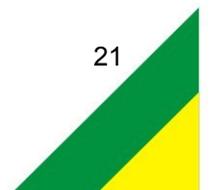
a) Se acolher as razões recursais, deverá retomar a sessão pública para, revista a decisão nela tomada, dar prosseguimento à licitação, garantindo, depois de nova declaração de vencedor, o direito à interposição de recurso, inclusive por parte de licitante que tenha sido impedido de participar da licitação, que teve sua proposta desclassificada ou que foi inabilitado;

b) Se não acolher as razões recursais, deverá produzir relatório e encaminhar o recurso para a autoridade competente, para decisão definitiva, que deve ser produzida em 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por iguais períodos. Nesta última hipótese, a autoridade competente deverá tomar a decisão definitiva sobre o recurso.

14.8 - Na hipótese da alínea "a" do item 14.7 deste Edital, a decisão de acolhimento do recurso deverá ser publicada em sítio eletrônico, estabelecendo-se o prazo de 2 (dois) dias úteis para a retomada da sessão pública.

14.9 - A decisão definitiva sobre o recurso deverá ser publicada em sítio eletrônico.

14.10 - O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.





14.11 – Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluirá o do vencimento.

14.12 -Em atenção aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório e devido processo legal fica à vista dos autos franqueada aos interessados.

15 - DO ENCERRAMENTO DO CERTAME LICITATÓRIO

15.1 – Finalizada a fase recursal e definido o resultado final do certame licitatório, o mesmo será encaminhado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b) Revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável. A licitação também poderá ser revogada caso não seja obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação;
- c) Anular a licitação por ilegalidade, salvo as situações em que:
 - c.1) O vício de legalidade for convalidável; ou
 - c.2) O vício de legalidade não causar dano ou prejuízo à empresa ou a terceiro; ou
 - c.3) O vício de legalidade não contaminar a totalidade do processo de licitação, caso em que deve determinar ao agente de licitação o refazimento do ato - e o prosseguimento da licitação.
- d) Adjudicar o objeto, homologar a licitação em ato único.

15.3 – O vício de legalidade será convalidável se o ato por ele contaminado puder ser repetido sem o referido vício, o que ocorre, dentre outros casos, com vícios de competência e tocantes às formalidades.

15.4 – A revogação ou anulação da licitação, ainda que parcial, deverá ser motivada.

15.5 - No caso de não homologação do procedimento licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.6 - Caberá recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação.

16 - DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 - Será exigida da **CONTRATADA** como condição para assinatura do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da COMURG, contado de sua convocação, a prestação de garantia, correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, ficando facultado ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 70, § 1º da Lei 13.303/16, quais sejam:

16.1.1 - Caução em dinheiro;

16.1.1.1 - Caução em dinheiro deverá ser depositado na conta da **Caixa Econômica Federal, Agência nº 2510, Conta Corrente nº 1-1, da Companhia de Urbanização de Goiânia**. O licitante vencedor deverá se

22





dirigir à Diretoria Administrativa Financeira da Companhia de Urbanização de Goiânia, Av. Nazareno Roriz, nº 1.122 – Vila Aurora – Goiânia – Goiás, fone: (62) 3524-8601, para obterem esclarecimentos sobre o referido recolhimento.

16.1.2 - Seguro-garantia;

16.1.2.1 - Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de Seguro-garantia, deverá juntar o comprovante de pagamento do prêmio.

16.1.3 - Fiança Bancária.

16.1.3.1 - Caso o licitante vencedor preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do **Anexo VII** deste edital;

16.1.3.2 - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA.

16.1.4- Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do Instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil.

16.1.5 - A contratada deverá entregar a garantia prevista neste item a Coordenação de Tesouraria junto a Diretoria Administrativa e Financeira da Companhia de Urbanização de Goiânia, Av. Nazareno Roriz, nº 1.122 – Vila Aurora – Goiânia – Goiás, fones: (62) 3524-8601.

16.2 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

16.3 - A garantia poderá, a critério da COMURG, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída.

16.4 - A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

16.5 - Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Ordem de Serviço emitida ou documento equivalente.

16.6 - A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

17 – CONTRATAÇÃO

17.1 - O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da respectiva publicação resumida do contrato na imprensa oficial, podendo a vir ser prorrogado, a critério da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG e mediante





aceitação da CONTRATADA, mantidas as demais condições contratuais, nos termos da lei e do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

17.2 - O Contrato deverá ser assinado pela licitante vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado por igual período.

17.2.1 - A empresa após convocada e, observando o prazo máximo para assinatura, poderá enviar instrumento contratual assinado digitalmente, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e desde que esteja acompanhado de link para confirmação da validade da respectiva assinatura digital.

17.3 - A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual ou instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme artigo 83 da Lei nº 13.303/2016.

17.4 - É facultado à COMURG, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.

17.5 - Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, excetuando-se os licitantes remanescentes.

17.6 - É parte integrante do Contrato a ser celebrado entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO a **MATRIZ DE RISCOS**, disponibilizada no ANEXO IX.

17.7 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade da Contratada para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho estiverem com os prazos de validade vencidos, a COMURG verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

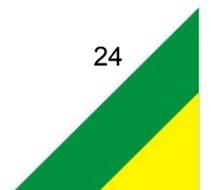
17.7.1 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis comprovar a sua situação de regularidade mencionada acima, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

17.7.2 - A contratada deverá manter durante todo fornecimento do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.8 - No ato da assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá:

17.8.1 - Comprovar poderes para o signatário assinar contratos, mediante Ata de Eleição da última Diretoria ou Contrato Social, e ainda no caso de procurador, além desses documentos, Procuração registrada em Cartório.

18 – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS





18.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias em conformidade com o cronograma físico financeiro, constante no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, dos serviços e a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente e a quitação de eventuais multas que tenham sido impostas à licitante vencedora.

18.1.1 - A COMURG somente pagará à CONTRATADA as notas fiscais vinculadas às medições de serviços efetivamente executados conforme critérios de medição e aos preços unitários constantes do Contrato decorrente desta licitação.

18.1.2 – Constarão nas medições mensais o nome dos profissionais que efetivamente atuam na obra como representantes da CONTRATADA com a finalidade de registrar os períodos de atuação dos profissionais. Os representantes devem estar efetivamente credenciados pela CONTRATADA.

18.1.3 - Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente da Caixa Econômica Federal, Instituição Bancária contratada para centralizar a movimentação financeira da **Companhia de Urbanização de Goiânia**.

18.1.4 – Caso a empresa vencedora não possua conta corrente na Caixa Econômica Federal, os custos de transferência bancária serão arcados por esta, conforme tabela de serviços bancários.

18.2 – Juntamente com a Nota Fiscal a Contratada deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

18.2.1 – Em caso de irregularidade fiscal, a **Companhia de Urbanização de Goiânia** notificará a empresa vencedora para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela **CONTRATANTE**, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital.

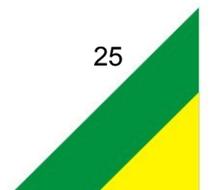
18.3 – Na ocorrência de rejeição da Ordem de Pagamento, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item **18.1**, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

18.3.1 – A devolução da Nota Fiscal não aprovada pela **Companhia de Urbanização de Goiânia** não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda a prestação dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

18.4 – A **Companhia de Urbanização de Goiânia** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

18.4.1 – Descumprimento de obrigação relacionada com os objetos contratados;

18.4.2 – Débitos da CONTRATADA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;





18.4.3 – Pendências trabalhistas e de verbas devidas à Seguridade Social em nome da contratada e referente à execução do contrato sob exame.

18.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, a CONTRATADA fará jus a juros de mora de 0,5% ao mês *pro rata die*, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

18.6 - Os preços praticados serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta, nos termos da Lei 10.192/01.

18.7 - O não pagamento de qualquer fatura pelas razões mencionadas no item 18.4 não surtirá direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19 – DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

19.1. Todas as obras e/ou serviços em desacordo com as Especificações Técnicas, assim como falhas e/ou vícios verificados no ato do seu recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a COMURG. Nestes casos, o prazo para a recuperação daquelas falhas será determinado pela COMURG ficando o pagamento condicionado ao seu perfeito refazimento, sendo que a sua inobservância implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

19.2. A eventual reprovação das obras e/ou serviços em qualquer fase de sua execução, não implicará em alterações das multas contratuais.

19.3. As obras e serviços somente serão recebidos pela COMURG após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e nos demais documentos que o integram.

19.4. Ao concluir cada etapa das obras e/ou serviços, a CONTRATADA deverá comunicar o fato, por escrito à FISCALIZAÇÃO. Se esta considerar o pedido procedente, a COMURG providenciará, em até 10 (dez) dias, a contar da data do aceite pela FISCALIZAÇÃO, a realização da vistoria para efeitos de seu recebimento provisório. A vistoria será efetuada pela Comissão designada pela Diretoria responsável da COMURG.

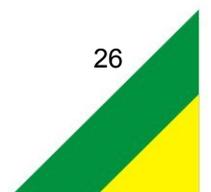
19.5. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução das obras e/ou serviços, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.

19.6. Após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata o subitem 19.4.

19.7. Até 10 (dez) dias após o Recebimento Parcial, desde que verificadas e aprovadas as condições técnicas dos serviços, a COMURG fará o Recebimento Definitivo.

19.8. Ocorrendo o previsto no subitem 19.6, será retomada a contagem do prazo do subitem 19.7, a partir da data de lavratura do Termo de Recusa.

19.9. A correção das falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa não implicará em ônus para a COMURG.





19.10. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

20 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

20.1 - Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.2 - Constituem motivos para rescisão do contrato:

20.2.1 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

20.2.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

20.2.3 - A lentidão no seu cumprimento, levando a COMURG a presumir a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

20.2.4 - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

20.2.5 - Paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à COMURG;

20.2.6 - O não atendimento das determinações regulares do preposto da COMURG designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

20.2.7 - Cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas em registro próprio;

20.2.8 - A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;

20.2.9 - Protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência da CONTRATADA;

20.2.10 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.

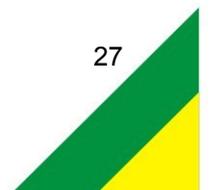
20.3 - À COMURG reserva-se o direito de rescindir o contrato ou instrumento equivalente, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos apresentados nos subitens 20.2.1 a 20.2.10.

20.4 - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

21 – PENALIDADES

21.1 – O licitante que se comportar com má-fé estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, à penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMURG, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com os critérios do artigo 87 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

21.2 – O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:





- a) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 10% sobre o valor da sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% sobre o valor da sua proposta;
- c) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa – multa de 15% sobre o valor da sua proposta;
- d) Comportar-se de modo inidôneo – multa de 15% sobre o valor da sua proposta;
- e) Cometer fraude fiscal – multa de 15% sobre o valor da sua proposta.

21.2.1 – Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 15%.

21.2.2 – As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo VIII deste Edital.

21.2.3 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

22– ATOS LESIVOS À COMURG

22.1 – Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas no item 20 deste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à **COMURG**, assim definidos:

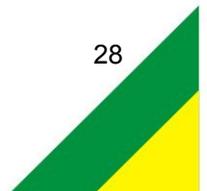
- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar a licitação ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações no ato convocatório da licitação;

22.2 – As sanções indicadas no item 21.1 se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

23 – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

23.1 – A prática, pelo licitante, de qualquer ato lesivo previsto no item 21 deste edital ou no art. 5º da Lei nº. 12.846/2013, o sujeitará, com fundamento no artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) Multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
- b) Publicação extraordinária da decisão condenatória.





23.2 – Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 8.666/1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública.

23.3 – As sanções descritas no item 21.1 serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

23.4 – As sanções aplicadas serão publicadas no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da **COMURG**.

23.5 – A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

23.6 – Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

23.8 – As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

24 - DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 – Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento licitatório, a CONTRATADA obriga-se ainda a respeitar as normas relativas a:

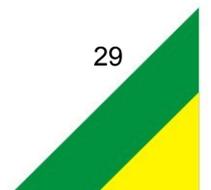
24.1.1 – Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

24.1.2 – Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

24.2 – A elaboração do projeto executivo constitui encargo da CONTRATADA e terá as características específicas do executor para a concretização do serviço conforme concepção e projeto básico, podendo ser elaborado concomitantemente com a execução dos serviços, por se tratar de detalhamento de execução de etapas específicas do empreendimento, devendo neste caso ser entregue antes da execução da parcela a ser projetada.

24.2 – A **COMURG** poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

24.3 – A **COMURG** poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da lei 13.303/2016.





24.4 - A participação neste Procedimento implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

24.5 - É facultada a Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.6 - Fica eleito o foro da cidade de Goiânia, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

24.7 - Fazem partes integrantes e inseparáveis deste Edital para todos os efeitos legais os seguintes Anexos:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS

ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA LEI Nº 123/2006

ANEXO IV – MODELO PARA A PROPOSTA

ANEXO V – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

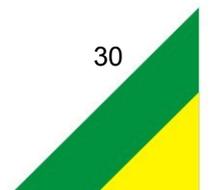
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS LEI Nº 13.303

ANEXO VII – MODELO FIANÇA BANCARIA

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

Goiânia, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2021.

Aristóteles de Paula e Sousa Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Licitação





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TÉCNICAS

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para realização de trabalho investigativo completo das condições atuais do Aterro Sanitário de Goiânia, incluindo ensaios e apresentações gráficas completas, investigação do passivo ambiental, realização de estudo hidrogeológico, elaboração e execução do programa de monitoramento e controle ambiental e a elaboração do projeto técnico de encerramento/descomissionamento do maciço principal, visando subsidiar e direcionar as ações que transformarão o então Aterro Sanitário de Goiânia, em um Centro de tratamento e disposição final de resíduos sólidos (CTDRS).

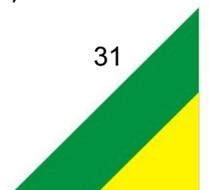
2. DESCRIÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	Levantamento investigativo de dados, elaboração e execução de programa de monitoramento e controle ambiental, elaboração de projeto de encerramento do maciço principal, tem-se que, os produtos e serviços requeridos são: a) Plano de trabalho detalhado; b) Programa de monitoramento e controle ambiental; c) Execução do monitoramento ambiental; d) Relatório de estabilidade dos maciços; e) Relatório de avaliação preliminar; f) Relatório de investigação de impactos ambientais; g) Relatório de investigação confirmatória de passivo ambiental; h) Estudo hidrogeológico; i) Estimativa de custos de recuperação; j) Estimativa de vida útil do empreendimento; k) Estimativa de vida útil do empreendimento; l) Recomendações para curto, médio e longo prazo objetivando a recuperação e adequação do CTDRS; m) Projeto de encerramento/descomissionamento do maciço principal. n) Relatório final compilado.	R\$

3. JUSTIFICATIVA:

As ações de gestão e planejamento da limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos urbanos têm como objetivo geral o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PRNS) instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Dentre os objetivos da Lei 12.3205, devem ser destacados:

- A não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;





- A adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar os impactos ambientais;
- A gestão integrada de resíduos sólidos;
- A capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- A regularidade, a continuidade, a funcionalidade e a universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com a adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- A integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e
- O incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

A partir do que é preconizado na lei, as ações preferenciais e estruturais para a gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos assumem os seguintes princípios:

- Ampliação da participação da sociedade na gestão dos resíduos sólidos urbanos;
- Introdução e consolidação de processos tecnológicos viáveis e assimiláveis pelos municípios;
- Criação de condições e subsídios para a sustentabilidade ambiental e econômico-financeira dos sistemas;
- Redução dos riscos de impactos sobre a sociedade e meio ambiente e mitigação dos existentes, por meio de manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos e seus efluentes;
- Articulação dos estudos e projetos das ações estruturais com o Plano Municipal de Saneamento Básico ou com o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos e com o Plano Municipal de Meio Ambiente, quando existentes.

No desenvolvimento da gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos, destacam-se os seguintes impactos a contemplar e as seguintes estratégias de solução a serem levadas em conta nos estudos:

- Minimização da geração de resíduos pela não geração, redução, reutilização e reciclagem na fonte de produção;
- Triagem e recuperação de resíduos secos a partir da produção da coleta seletiva regular maximizada com a participação das cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- Valorização dos resíduos através de tecnologias que promovam a máxima reintegração ambiental dos resíduos sólidos urbanos;
- Tratamento dos resíduos descartados das estratégias anteriores como depósito de proteção ambiental;
- Recuperação das áreas degradadas: programa de recuperação das áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos.

Os estudos devem prever e indicar na alternativa de solução programas de operação, gerenciamento e monitoramento ambiental para as soluções adotadas. As soluções e adequações técnicas para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta seletiva, tratamento e disposição dos rejeitos em aterro sanitário de resíduos sólidos, considerando a gestão sustentável, contemplando, dentre outras, as seguintes concepções de intervenções:

- Unidade de Triagem (UT) para resíduos recicláveis;
- Área de triagem e transbordo de resíduos da construção civil e demolições (RCC);
- Unidade de Compostagem;
- Programa de educação ambiental.

Estas diretrizes emanadas a partir do novo aparato legal existente objetivam, dentre outras finalidades, definir condições mínimas a serem atendidas na gestão da





limpeza urbana e dos resíduos sólidos por meio de insumos e tecnologias adequados, de forma que o produto final possibilite a indicação das tecnologias adequadas e destinação dos resíduos sólidos do município.

Ademais, os debates concernentes ao desenvolvimento das ações na área de coleta e disposição dos resíduos urbanos nos diferentes países, têm avançado para além das questões sanitárias, de saúde pública e do meio ambiente, focando também na problemática relacionada ao financiamento das ações e serviços requeridos pelas exigências de preservação ambiental, que vêm sendo demandados em níveis cada vez mais complexos e especializados.

Essas discussões também ocorrem no Brasil, em que além das questões de saúde a preservação do meio ambiente passou a ser um objetivo fundamental das ações de gestão da coleta e disposição final dos resíduos urbanos e de saúde culminando com a edição da Lei n. 12.305/2010 que definiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário que o Poder Público recorra a diferentes modelos de gestão e financiamento para que se possa implementar as ações e os serviços de limpeza pública que lhe foram incumbidos.

O Município de Goiânia, no âmbito das ações que vêm sendo implantadas para a melhoria dos serviços públicos, busca modernizar e ampliar os serviços de manejo dos resíduos urbanos. Para realizar tal projeto, o Poder Público busca a melhor modelagem possível de forma a viabilizar os recursos financeiros e a expertise necessários ao alcance desse objetivo.

As diretrizes técnicas estabelecidas no corpo deste documento estão integradas ao escopo de serviços necessários ao atendimento do Termo De Compromisso, Responsabilidade E Ajustamento De Conduta Preliminar – (TAC), firmado em 18 de novembro de 2020, entre o Ministério Público do Estado do Goiás (MPE-GO), a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), a Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG), a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEINFRA), a Agência Municipal de Regulação (AGR) e o Município de Goiânia.

O objeto requerido é ferramenta indispensável para a boa operação de um aterro sanitário, permitindo a prevenção ou correção de possível falha, a maximização da vida útil do CTDRS e a tomada de decisões para o futuro uso da área.

Além disto, o serviço a ser contratado atenderá à solicitação constante no Despacho da 3ª Fazenda Municipal referente à Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Goiás, processo judicial nº 76697-58.2015.8.09.0051 e atenderá as exigências do licenciamento ambiental do CTDRS de Goiânia.

Em tempo, informo, que o regime de empreitada a ser utilizado será a contratação semi-integrada.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO LICITANTE:

- 4.1. Certidão de Registro em Conselho Regional que lhe permita as atribuições devidas para o desempenho das funções necessárias para o exercício das atividades requeridas neste Termo de Referência, com jurisdição no domicílio da sede da empresa participante do certame licitatório;
- 4.2. Atestado de capacidade técnica dos profissionais que atuarão diretamente na execução dos serviços, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional da categoria, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, que comprove a execução de serviços similares e/ou com notória compatibilidade com o objeto da licitação;

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA:





- 5.1. Comprovação de que a licitante já monitorou ou realizou estudos/serviços afins ou similares aos previstos para desenvolvimento dos trabalhos objetivados neste termo, em aterro do tipo bolo de noiva, que receba no mínimo 7.000 t (sete mil toneladas) de resíduos por mês, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- 5.2. Declaração emitida pela licitante que no ato da contratação possuirá em seu em seu quadro permanente os seguintes profissionais:
 - 5.2.1 - Para o Estudo Hidrogeológico deverá possuir nível superior completo, com graduação em Geologia ou Engenharia Geológica, e experiência profissional comprovada por meio de acervo técnico emitido pelo Conselho Regional ou ART;
 - 5.2.2 - Para o desenvolvimento dos estudos de estabilidade dos maciços deverá ter ao menos um profissional com formação em Engenharia de Agrimensura ou Cartográfica, ou mesmo um Engenheiro Civil especializado na área Topográfica.
 - 5.2.3 - Para elaborar e assinar o projeto de encerramento/descomissionamento do Maciço Principal deverá ter formação em Engenharia Ambiental e Sanitária ou Engenharia Civil com especialização em Meio Ambiente ou áreas afins. Ressalta-se ainda que o profissional deve comprovar experiência em elaboração de projetos para aterros sanitários.

6. VISTORIA:

A participação na licitação pressupõe pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto, podendo o licitante, caso julgue necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

- O agendamento da vistoria técnica será feito através do telefone: (62) 3524-3410 ou (62) 3524-3418 com Engenheira Fabíola Adaianne Oliveira ou Engenheira Nádyá de Sá Almeida Costa Silva e ocorrerá de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 16:00 horas.
- Para vistoria o licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
- A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.
- O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior a abertura dos envelopes de proposta de preço e de documentos de habilitação.
- Caso a empresa concorrente não queria realizar a visita técnica para reconhecimento da área a ser trabalhada, a mesma deverá apresentar declaração atestando que abre mão da visita e que é de sua inteira responsabilidade a execução dos serviços sem reconhecimento real da área;
- Declaração de que a licitante tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço, do local e das condições de sua execução, assumindo total responsabilidade por este fato e consequentes obrigações, bem como assumindo nulidade de quaisquer argumentos futuros em seu favor que ensejem avanços técnicos ou financeiras com a Contratante.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

7.1. Plano de trabalho:

- 7.1.1. Com base nas orientações e diretrizes do presente TR e demais requisitos e diretrizes legais e conceituais, a CONTRATADA deve consolidar o Plano de Trabalho com o detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à formulação e elaboração dos estudos, com todas as etapas previstas, incluindo entrega dos





relatórios e produtos esperados, custos, cronograma físico e financeiro e a agenda das reuniões previstas.

7.1.2. Definir a equipe técnica permanente, compatível com os trabalhos a serem desenvolvidos em cada etapa, incluindo profissionais com experiência comprovada em atividades pertinentes ao objeto deste TR e em processos participativos de planejamento.

7.1.3. A partir da avaliação dos trabalhos de campo, a CONTRATADA deverá elaborar estudos e realizar análises laboratoriais para a recuperação e adequação do aterro sanitário de Goiânia, em um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, visando a segurança ambiental e laboral.

7.2. Relatório de avaliação preliminar deverá conter:

7.2.1. Levantamento de dados gerais:

- Levantamento da documentação disponível sobre a área, notadamente aquela disponível na própria empresa;
- Levantamento de dados históricos de uso e operação;
- População: série histórica de dados de população urbana e rural; taxas históricas anuais de crescimento populacional para o município, distritos e sedes; estudos populacionais recentes (Censo IBGE 2010); população flutuante quando significativa, com a indicação do período de ocorrência; fluxos migratórios. Demografia urbana e rural por renda, gênero, faixa etária, densidade e acesso ao saneamento e projeções de crescimento;
- Entrevistas.

7.2.2. Caracterização geral da área do empreendimento:

7.2.2.1. Na elaboração deste item devem ser considerados todos os critérios técnicos, ambientais, operacionais e sociais, através de inspeções de campo e estudos do meio físico, devendo apresentar:

- Localização do Aterro: no Estado e na região, com as distâncias aos centros mais importantes, em planta tamanho A4 ou A3 (dobrado para A4), com a delimitação da área de intervenção direta; altitude, latitude e longitude;
- Caracterização das áreas de interesse: áreas da gleba, de manuseio de resíduos e de todos os elementos de infraestrutura pertinentes ao empreendimento, assim como o maciço de resíduos;
- Imagens de satélites georreferenciadas e fotos aéreas;
- Infraestrutura disponível: laboratórios, escritórios, refeitórios, vestiários, oficina mecânica, áreas de lavagem de veículos e equipamentos, auditórios e/ou centros de educação ambiental, abastecimento de água, tratamento de esgotos domésticos, telefonia e energia elétrica, redes de transmissão e etc.
- Sistema de Proteção Ambiental: Obras de proteção em nascentes e outros cursos d'água; impermeabilização de base; drenagem subsuperficial; drenagem, armazenamento e tratamento de líquidos percolados; drenagem e tratamento de gases; drenagem de águas superficiais; cobertura operacional (diária); cobertura final do maciço e sistema de controle da entrada dos caminhões.
- Indicação das áreas com presença de passivos ambientais e identificação de áreas de fragilidade sujeitas deslizamento se detectadas;
- Clima: temperaturas máximas, médias e mínimas; séries históricas de dados meteorológicos, pluviométricos e fluviométricos com médias anuais e ocorrências de precipitações intensas e estiagens prolongadas; curva de intensidade versus período de recorrência válido para a localidade; descrição de fatores especiais de influência sobre o clima;
- Acessos: principais e secundários.
- Topografia, hidrologia e geologia: plantas topográficas, mapas, inclusive hidrográficos, com os principais acidentes, cotas de inundação, etc., com





abrangência sobre a região relativa à intervenção; informações dos meios físicos (bacias hidrográficas, fisiografia, geologia, geomorfologia, solos, regimes de chuvas, regime dos cursos d'água); possíveis mananciais superficiais e subterrâneos, uso da água a jusante e a montante dos mananciais que poderão servir de fonte de água bruta ou receptores de água residuária; meio biótico (vegetação/flora e fauna) sua conservação; e levantamentos e análises aerofotogramétricas, se existirem;

- Características urbanas: principais características urbanas; densidades demográficas atuais; tendências de expansão urbana; dados sobre desenvolvimento regional; planos de implantação de obras públicas municipais, estaduais e federais, inclusive aquelas que tenham influência sobre o projeto, planos diretores existentes, etc.;
- Condições sanitárias: informações gerais sobre as condições de poluição dos recursos hídricos e problemas relacionados com o saneamento básico incluindo drenagem pluvial.

7.2.3. Relatório técnico preliminar finalizado:

- Relatório Técnico, contendo, além da compilação e interpretação de todas as informações coletadas, ilustrações, como mapas em escalas adequadas ao tamanho da área avaliada, conclusões e recomendações;
- Acompanhamento e atendimento às exigências técnicas emitidas pela Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG;
- O relatório de avaliação preliminar deverá ser acompanhado por declaração de responsabilidade, onde o responsável legal e o responsável técnico declaram que as informações apresentadas são verdadeiras, completas e que todas as exigências da COMURG foram atendidas.

7.3. Relatório de investigação de impactos ambientais:

7.3.1. A CONTRATADA deverá verificar, mas não se restringir a, todas as licenças ambientais do empreendimento, o tratamento dos resíduos, eventual desrespeito às normas de ordem legal, contaminações da área envolvente, e demais danos que possam ter sido gerados ao meio ambiente durante todo o período de funcionamento do empreendimento.

7.3.2. De acordo com a caracterização do Aterro de Goiânia e do estudo da situação ambiental das áreas de influência, a CONTRATADA deverá desenvolver a identificação dos impactos ambientais decorrentes das ações de instalação e operação do empreendimento, contemplando:

- Levantamento de campo para avaliação de potenciais fontes de contaminação;
- Levantamento do entorno, avaliação de uso e ocupação do solo;
- Avaliação de áreas de APP e reserva legal;
- Avaliação da conformidade de execução dos programas descritos nas licenças operacionais e/ou no EIA/RIMA;
- Interpretação dos resultados; e
- Análise crítica do cenário ambiental da área e recomendações de adequação.
- O escopo a ser apresentado pela deverá contemplar a avaliação dos impactos ambientais que afetam os meios físicos, bióticos e antrópicos.

7.4. Relatório de investigação confirmatória de passivo ambiental:

- Elaboração de Plano de Amostragem / Coleta de Amostragem: O plano deve ser elaborado por profissional habilitado e capacitado que estabeleça os procedimentos a serem seguidos para a obtenção de amostras representativas da área, com base na hipótese de distribuição da contaminação;
- Planta Planialtimétrica e Croqui de localização - Indicando o uso do solo, corpos d'água e/ou nascentes e construções existentes na propriedade ou nas imediações





do empreendimento, num raio mínimo de 200 m, acompanhada da ART do responsável técnico. Nessa planta deverão ser apresentadas as coordenadas geográficas UTM do centro da área;

- Realização de amostragem de solo, com equipamentos mecanizados e adequados (a quantidade de pontos de amostragem deve ser suficiente, a critério do profissional qualificado e/ou procedimentos legais vigentes, para avaliar a existência ou não de contaminação na área, em todas as fontes suspeitas e locais potencialmente contaminados relevantes);
- Especificar critério adotado para quantidade e localização dos pontos de amostragem: Em cada ponto de sondagem, coletar amostras de solo para análise química laboratorial dos parâmetros de interesse identificados na Avaliação Preliminar;
- Providenciar a instalação e desenvolvimento de poços de monitoramento com profundidade estimada entre 30 e 35 metros cada um, seguindo a Norma 15.495:2007 parte 1 e 2 (a profundidade dos poços de monitoramento devem ser o suficiente para a coleta de amostra de água subterrânea);
- Avaliação de áreas de APP e Reserva Legal;
- Avaliação da conformidade de execução dos programas descritos nas licenças operacionais e/ou no EIA/RIMA;
- A amostragem de solo e/ou de água subterrânea deverá ser feita em pontos estrategicamente posicionados, definidos com base no plano de investigação, ou seja, em pontos associados a fontes potenciais, atuais ou passadas, ou onde foi detectada suspeita de contaminação na etapa de avaliação preliminar, seguida das análises químicas dessas amostras;
- Na definição do valor a ser adotado para efeito de comparação das concentrações observadas nas amostras, deverá ser considerado o cenário de ocupação do solo mais restritivo existente na área e na vizinhança;
- Amostragem de água subterrânea por metodologia baixa vazão (Low Flow) nos poços, mensurando os parâmetros físico-químicos: pH: ORP, CE, OD e T, in situ, assim como preconiza a Norma NBR15847/2010, norma da CETESB: 06010 ABR/88 sobre a "Construção de poços de monitoramento de aquífero freático";
- Em cada poço de monitoramento, deverão ser coletadas amostras de água subterrânea, mais amostra "branco de campo" para análise química laboratorial dos parâmetros de interesse identificados na Avaliação Preliminar;
- Relatório técnico de investigação confirmatória conclusivo, contendo as recomendações, caso houver;
- Análise de uma amostra de "branco de campo", de modo a verificar se os procedimentos de amostragem ou o ambiente causam contaminações cruzadas nas amostras retiradas;
- Análise de uma de "branco de equipamento", usado para determinar se os procedimentos de limpeza e descontaminação dos equipamentos foram eficazes a ponto de não afetar o resultado analítico das amostras coletadas dos poços;
- Plano de encerramento de atividades, em conformidade com as normas e parâmetros estabelecidos pelo Órgão Ambiental do Estado, da área investigada;
- O escopo a ser apresentado pela deverá contemplar a avaliação dos impactos ambientais que afetam os meios físico, biótico e antrópico
- Acompanhamento e atendimento às exigências técnicas emitidas pela Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG.

7.5. Estudo Hidrogeológico:

7.5.1. Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral:

7.5.1.1. A Contratada deverá realizar um levantamento planialtimétrico e cadastral da área onde serão realizados os estudos, contemplando o entorno da mesma,





- incluindo os limites do local, níveis topográficos e outras singularidades relevantes para o estudo do terreno.
- 7.5.1.2. Além de estacas e pontos auxiliares distribuídos em toda a área, deverão ser lançados todos os pontos notáveis como taludes, valas, construções, cercas, nascentes, córregos ou qualquer outro recurso hídrico, além de vegetação de interesse, sendo que as curvas de nível deverão ser traçadas a cada metro.
- 7.5.1.3. O produto do levantamento planialtimétrico, com as convenções usuais indicadas em legenda, deverá ser materializado em planta, em escala 1:1000, a ser apresentada em plataforma CAD (Arquivos DWG), em CD-ROM, e também em três (03) cópias de papel.
- 7.5.1.4. A Contratada deverá também realizar e apresentar um levantamento fotográfico colorido que reflita a área onde serão realizados os estudos, incluindo seu entorno.
- 7.5.2. Sondagens:
- 7.5.2.1. A CONTRATADA deverá realizar um criterioso estudo geológico da área, através da prospecção do terreno com sondagens, todos os pontos de prospecção deverão estar em coordenadas UTM, e suas cotas amarradas ao sistema de referência utilizado no levantamento do terreno.
- 7.5.2.2. Na área do entorno serão executadas sondagens a percussão e/ou mista em pontos estratégicos determinados entre as partes técnicas da CONTRATADA e da CONTRATANTE. As sondagens deverão atingir o nível de rocha e detectar com precisão a posição do lençol freático de tal forma a permitir determinar os sentidos de fluxo das águas subterrâneas.
- 7.5.2.3. Os boletins e perfis individuais das sondagens deverão estar em conformidade com o disposto na última edição do Manual de Sondagens publicado pela ABGE.
- 7.5.3. Projeto Executivo:
- 7.5.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Goiânia, os Projetos Executivos pertinentes ao estudo de hidrogeologia das áreas em questão, para aprovação e posterior submissão ao Órgão de Controle Ambiental. Tais projetos deverão estar em consonância com as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.5.3.2. A Prefeitura Municipal de Goiânia, através da AMMA, participará das etapas de avaliação dos projetos apresentados, juntamente com a empresa e/ou profissional especializado contratado para tal fim, estando sob suas responsabilidades à avaliação e a análise crítica dos mesmos.
- 7.5.3.3. A Prefeitura Municipal de Goiânia, através da AMMA, poderá solicitar alterações e/ou adequações ao projeto em qualquer de suas etapas, para encaixá-lo dentro de sua política ambiental, desde que não atente contra o equilíbrio econômico do contrato ou a viabilidade técnica ou econômica do mesmo.
- 7.5.4. Apresentação do Projeto:
- 7.5.4.1. Os relatórios, estudos e projetos a serem elaborados, deverão ser apresentados e entregues da seguinte forma: as plantas deverão ser entregues em formato digital (CD-ROM) e com 3 (três) cópias em papel com tamanho mínimo A-3 (ABNT). Os textos deverão estar impressos em papel formato A-4 (ABNT) e encadernados, em 2 (duas) vias, além de uma via em meio eletrônico digital (CD-ROM).
- 7.5.5. Dimensionamento dos Projetos:
- 7.5.5.1. Os projetos serão dimensionados por técnicos especializados, de reconhecida experiência, atendendo procedimentos consagrados no tema e observando primordialmente os seguintes pontos:
- Projeto de locação e detalhamento dos poços de coleta e monitoramento de percolado, em escala adequada;
 - Memórias de cálculo dos estudos geotécnicos;

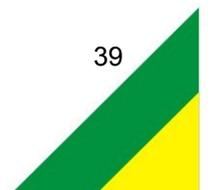




- Mecanismos de prevenção da geração de percolado, assim como mecanismos de captação e descarte diferenciado de águas pluviais;
 - Concepção e justificativa do sistema de captação e armazenamento de efluentes líquidos, identificando e descrevendo o processo e todas as unidades e demais dispositivos do sistema adotado;
 - Descrição da organização técnica, administrativa e operacional a ser adotada para a execução dos serviços descritos, incluindo o dimensionamento quantitativo da mão-de-obra operacional por categoria, com descrição das principais funções, atendendo os recursos mínimos definidos nestas Especificações Técnicas;
 - Concepção, justificativa, metodologia e detalhamento do plano de monitoramento ambiental, contendo amostragem e análise de águas subterrâneas, corpos hídricos próximo dos empreendimentos, líquidos percolados, gases emanados;
- 7.5.5.2. O acesso à área para a execução dos serviços mencionados anteriormente se faz necessário mediante a autorização emitida pelo CONTRATANTE. A visita da CONTRATADA para a elaboração da proposta e mensuração de quantidade de poços de monitoramento é obrigatória após a assinatura do contrato.

7.6. Programa de monitoramento e controle/relatório de estabilidade dos maciços:

- 7.6.1. Os programas de monitoramento deverão ser apresentados nos primeiros 60 (sessenta) dias de atividade da empresa, especificando:
- Programa de monitoramento e controle, e laudo trimestral de monitoramento da poluição atmosférica;
 - Programa de monitoramento e controle e laudo trimestral de monitoramento da poluição do Solo;
 - Programa de monitoramento e controle e laudo trimestral de monitoramento da poluição das águas superficiais e subterrâneas;
 - Programa de monitoramento e controle e laudo trimestral de monitoramento do chorume;
 - Programa de monitoramento e controle e laudo trimestral de monitoramento da estabilidade geológica dos maciços.
- 7.6.2. Deverá ser apresentado regularmente a cada 3 (meses) os laudos técnicos de monitoramento de acordo com suas respectivas especificações, exceto o laudo de estabilidade geotécnica dos maciços que deverá ser apresentado em 60 (sessenta) dias, a contar a partir da emissão da Ordem de Serviço, os demais laudos de monitoramento de estabilidade geotécnica poderão ser apresentados trimestralmente em conformidade com os outros laudos.
- 7.6.3. O monitoramento de todos os itens, sendo eles: ar, solo, água superficial, água subterrânea, chorume e estabilidade geotécnica, ocorrerá no período de 12 (doze) meses.
- 7.6.4. No final do período que compreende 12 (doze) meses, a Contratada deverá apresentar em documento único, emitido em 3 vias impressas e disponibilizado em formato digital, todo o apanhado de programas e laudos de monitoramento gerados, juntamente com suas respectivas Assinaturas de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente assinadas para composição de acervo da COMURG.
- 7.6.5. Deverão ser monitorados os seguintes aspectos ambientais no CTDRS de Goiânia:
- 7.6.5.1. Qualidade do Ar:
- 7.6.5.1.1. A verificação da adequada compactação e recobrimentos diário e cobertura final das células de resíduos; verificação dos focos de fogo e fumaça na área do aterro e em áreas vizinhas; monitoramento dos odores gerados nos setores que terão mais contato com os resíduos e verificação da manutenção das vias internas e da área de trabalho do aterro sanitário, deverão ser monitoradas





diariamente, e deverão constar no relatório mensal que será entregue a CONTRATANTE seguindo também as especificações.

7.6.5.1.2. Para o monitoramento ambiental da qualidade do ar devem ser observados os seguintes aspectos:

- Restauração, recuperação e adensamento de áreas comprometidas pelo empreendimento, pela utilização de espécies nativas;
- Plantio de cerca viva nas divisas abertas do aterro para amortecimento dos ventos que soprarem na região, servindo de "filtro" natural;
- Controle de poeira gerada nas vias de acesso do aterro em decorrência da movimentação de máquinas e equipamentos;
- Controle dos odores produzidos pelo aterro sanitário;
- Controle dos possíveis focos de fogo e fumaça.

7.6.5.2. Poluição sonora e vibrações:

7.6.5.2.1. A poluição sonora e as vibrações provocadas pela movimentação de veículos, operação de máquinas e equipamentos pesados nas vias de acesso e internas devem ser medidas constantemente para não se expandirem para fora dos limites do CTDRS. Estes aspectos são monitorados através de verificações em campo e de uma entrevista a ser realizada mensalmente, por amostragem, com a população na área de influência do CTDRS.

7.6.5.2.2. A poluição sonora deve ser medida mensalmente através de um decibelímetro com objetivo de verificar se os níveis dos ruídos emitidos pelos equipamentos e máquinas do CTDRS estão dentro da normalidade.

7.6.5.3. Qualidade das águas:

7.6.5.3.1. O risco de degradação das águas superficiais e subterrâneas (lençol freático) deverá ser monitorado adequadamente utilizando-se como parâmetros comparativos a legislação ambiental vigente.

7.6.5.3.1.1. Águas Subterrâneas:

7.6.5.3.1.1.1. O monitoramento ambiental das águas subterrâneas deve ser realizado por meio da coleta de amostras de água do lençol freático. Essa coleta deve ser realizada nos 5 (cinco) poços de monitoramento localizados em todo perímetro do CTDRS.

7.6.5.3.1.1.2. As avaliações das amostras de água devem obedecer aos critérios previstos na resolução CONAMA nº 396/2008 que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências. Deverão ser analisados a cada trimestre.

7.6.5.3.1.2. Águas superficiais:

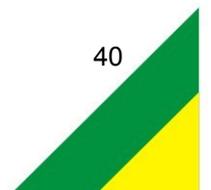
7.6.5.3.1.2.1. Para o monitoramento da qualidade das águas superficiais na área de influência do aterro devem ser coletadas amostras nos corpos hídricos a montante e a jusante do CTDRS. As análises destas amostras devem obedecer aos critérios previstos:

- Na Resolução CONAMA nº 357/2005 que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes; e
- No Decreto Estadual nº 9.710/2020 que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

Deverão ser analisados a cada trimestre:

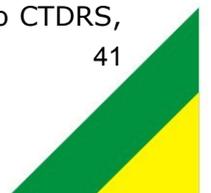
A coleta das amostras deverá ser efetuada de acordo com as normas técnicas determinadas pela ABNT NBR 9.898/1987. As amostras deverão ser coletadas em 6 (seis) pontos, conforme descrito:

- Córrego Caveirinha – a montante do CTDRS;
- Córrego Caveirinha – a jusante do CTDRS;
- Córrego da Posse – a montante do CTDRS;
- Córrego da Posse – a jusante do CTDRS;





- Na junção dos dois córregos;
 - Na represa localizada na entrada do CTDRS.
- 7.6.6. Sistema de coleta e tratamento dos gases:
- 7.6.6.1. O sistema adotado para coleta e tratamento dos gases é o convencional, isto é, são executados drenos verticais interligados aos drenos de líquidos percolado, à medida que as células de resíduos vão sendo formadas.
- 7.6.6.2. Os drenos são construídos de manilhas de concreto armado de diâmetro 80 cm, sobrepostas e perfuradas para permitir a passagem de percolado e gás metano e preenchidas com brita nº 4 ou pedra marruada, a distância entre os drenos é de aproximadamente 60 m e as manilhas de concreto são substituídas à medida que vão sendo danificadas.
- 7.6.6.3. A verificação das condições dos drenos de coleta e tratamento dos gases, serão realizadas semanalmente, utilizando os métodos: Inspeção visual da queima de gases; relatório de eficiência dos queimadores de concreto; verificação das condições que estão os drenos (se apresentam riscos de rompimento ou desmoronamento provocados por temperaturas elevadas e recalque do aterro); análises de captação e tratamento do biogás.
- 7.6.6.4. Deverá ser apresentada informação relativa a quantidade de gases gerados durante o período de monitoramento, cálculos relativos a poluição segundo o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do GHG Protocol, e apresentadas sugestões para utilização energética deste gás visando a redução máxima da poluição atmosférica.
- 7.6.6.5. Sugerir através do Projeto Básico apresentado e das pontuações realizadas neste estudo, um sistema de coleta e tratamento dos gases gerados que melhor se adequar a estrutura existente, para ser executado no CTDRS de Goiânia (Edital de Licitação nº 002/2021)
- 7.6.7. Sistema de coleta e tratamento do líquido percolado:
- 7.6.7.1. O controle da quantidade de chorume encaminhada à ETE SANEAGO e a medição da vazão do chorume no medidor da ETE do CTDRS deverão ser monitorados diariamente.
- 7.6.7.2. Para o monitoramento da eficiência do tratamento do líquido percolado (chorume) deverão ser realizadas análises periódicas do efluente tratado em vários pontos do tratamento. As análises das amostras de efluentes devem obedecer aos critérios previstos:
- Na Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre as condições e padrão de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução 357/2005;
 - No Decreto Estadual nº 9.710/2020 que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
- 7.6.7.3. A coleta das amostras deverá ser efetuada de acordo com as normas técnicas determinadas pela ABNT NBR 9.898/1987. Deverão ser analisados a cada trimestre.
- 7.6.7.4. Sugerir através do Projeto Básico apresentado e das pontuações realizadas neste estudo, um sistema de tratamento do líquido percolado gerado que melhor se adequar a estrutura existente, para ser executado no CTDRS de Goiânia (Edital de Licitação nº 002/2021).
- 7.6.8. Sistema de drenagem de águas pluviais:
- 7.6.8.1. As ocorrências de precipitações pluviométricas sobre a área do CTDRS produzirão escoamento superficial das águas, transportando sedimentos, que atingirão, em último estágio, a rede hidrográfica superficial. Essas perturbações deverão ser nulas ou de pequena significância.
- 7.6.8.2. O sistema de drenagem de águas pluviais tem a finalidade de coletar as águas das chuvas, diminuindo de modo significativo sua infiltração no maciço de resíduos. Um sistema de drenagem eficiente possibilita boa operação do CTDRS,



inclusive em dias de chuva intensa, a redução dos processos erosivos e a minimização dos impactos na estabilidade geotécnica do maciço. A eficiência deste sistema é verificada através de vistorias constantes no maciço para detecção e correção das possíveis falhas.

7.6.8.3. A leitura da precipitação pluviométrica será diária, e a verificação das condições do sistema de drenagem de águas pluviais será mensal através de vistorias constantes no maciço para detecção e correção das possíveis falhas. Nestes procedimentos serão observados o sistema de drenagem, constituído de canaletas e demais dispositivos da drenagem superficial, e também o assoreamento e disfunções do sistema de drenagem, verificando empoçamento de águas pluviais na superfície do aterro e calcular a eficiência da drenagem superficial dentro da área do empreendimento.

7.6.9. Estabilidade geotécnica do maciço:

7.6.10. O monitoramento geotécnico dos CTDRS deve abranger o sistema de modo que permita controlar as condições de estabilidade e o comportamento do maciço dos resíduos depositados. Deverá ser avaliada a redução volumétrica proporcionada pela decomposição da matéria orgânica, eliminação da água e acomodação física dos resíduos, bem como eventuais anomalias, como recalques diferenciais e a movimentação do maciço.

7.6.11. Deve-se levar em consideração que o maciço tem aproximadamente 96m (noventa e seis metros) de altura, e 284.744,98 m² (duzentos e oitenta e quatro mil setecentos e quarenta e quatro e noventa e oito metros quadrados) e que sua estabilidade não tem sido monitorada há pelo menos 5 (cinco) anos.

7.6.12. O sistema de controle será efetuado através de:

7.6.12.1. Inspeções visuais:

7.6.12.1.1. Não é raro que as primeiras manifestações de problemas geotécnicos sejam percebidas visualmente. Assim, é importante que sejam estabelecidas rotinas para este tipo de exame. Técnicos treinados deverão percorrer as células de resíduos, caminhos e elementos de drenagem para observar sinais de comportamentos anômalos como:

- Movimentação que se manifesta através da abertura de fissuras e trincas na cobertura das células, pavimentos, canaletas, guias, empoçamentos, etc;
- Ocorrência de erosões na cobertura que podem expor o resíduo;
- Presença de chorume nos taludes ou na drenagem superficial.

7.6.12.1.2. Caso sejam constatadas estas anomalias ou similares, elas serão registradas, fotografadas e devidamente analisadas juntamente com outros parâmetros para que sejam tomadas medidas de intervenção.

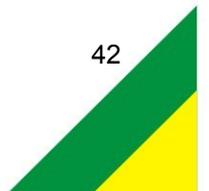
7.6.12.2. Marcos superficiais:

No seu histórico de desenvolvimento, as diretrizes para execução de CTDRS tiveram como base os aterros compactados de barragens de terra, porém maciços de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) têm deformações muito maiores e a presença agravante do líquido percolado (chorume) e de gases em seu interior.

Assim, a instrumentação utilizada para medir recalques em aterros de maciços terrosos, não pode ser empregada em CTDRS, pois teria uma vida útil muito curta em função do meio agressivo e das grandes movimentações horizontais e verticais dos aterros sanitários.

Isto posto, chegou-se à conclusão que a forma mais eficiente e econômica para monitorar as deformações em um CTDRS é a instalação de marcos superficiais e marcos fixos e a leitura dos deslocamentos verticais e horizontais através de aparelhos topográficos de precisão.

“Conjunto de marcos – denominados Marcos Superficiais – instrumento instalado nos taludes e bermas dos aterros, acompanhados por topografia de precisão,





onde são levantadas as coordenadas em relação aos marcos fixos, não sujeitos a deslocamentos em função do tempo”.

Este serviço de instalação dos Marcos Superficiais será realizado pela empresa contratada, visto que para este, faz-se necessários Levantamento Topográficos= Planialtimétrico. É necessário também a verificação se ainda existem os marcos reinstalados em Agosto/2015, sendo que foi cadastrado suas coordenadas locais e cotas altimétricas na data de 12/09/2015, visto que o fluxo de movimentação dos veículos como também de descarga de resíduos sólidos é intensa e a frente de trabalho no Aterro Sanitário, onde os caminhões realizam as atividades de deposição dos resíduos, os tratores de esteira fazem o espalhamento e compactação e no final da jornada de trabalho é feita a cobertura dos resíduos sólidos, podendo ter afetado os marcos.

7.6.12.3. Piezômetros:

7.6.12.3.1. O piezômetro mede a pressão do líquido (chorume), por meio da diferença de cotas entre o nível do líquido e a posição da célula piezométrica e mede também a pressão dos gases através de um manômetro tipo padrão, adaptado na parte superior do piezômetro, anteriormente à leitura dos níveis do líquido.

7.6.12.3.2. Para o monitoramento da estabilidade do maciço devem ser avaliadas juntamente com os aspectos descritos acima, as interferências do sistema de drenagem de águas pluviais e a medição do índice pluviométrico.

7.6.12.3.3. Fica a critério da Contratada, a utilização conjunta de outros métodos que comprovem a situação interna de pressão e umidade dos maciços, a fim de produzir dados suficientes para elaboração do laudo de estabilidade destes, e auxiliar consequentemente na elaboração do programa de monitoramento e controle da estabilidade dos mesmos, porém, todos os métodos e equipamentos utilizados devem estar em conformidade com a legislação e previamente descritos nos laudos.

7.6.12.3.4. Ficará a critério da Contratada valer-se de outros métodos que comprovem as situações internas de pressão e umidade do maciço.

7.6.13. Cobertura vegetal:

7.6.13.1. A finalidade desta atividade é evitar impactos visuais negativos à população, amenizar os odores provenientes da operação do aterro, além de minimizar processos erosivos e de instabilidade do maciço. É necessário o plantio de árvores e arbustos nativos de pequeno e médio porte para se conseguir uma barreira de isolamento compactada da área do aterro.

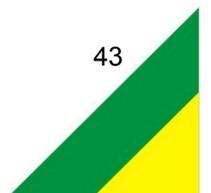
7.6.13.2. Além do plantio de árvores e arbustos é importante realizar a cobertura vegetal nos taludes do maciço, pois a vegetação é um importante agente de impedimento à ação dos processos erosivos, absorvendo o impacto da chuva, prevenindo a dissociação e o carreamento de partículas, reduzindo o escoamento superficial e aumentando o tempo de absorção da água pelo solo.

7.6.13.3. Deverá ser verificado o replantio de espécies arbóreas no perímetro do CTDRS e da forração nos taludes do maciço mensalmente.

7.6.13.4. Sugerir a elaboração de Plano de Recomposição Florística para o empreendimento em questão, para ser executado no CTDRS de Goiânia (Edital de Licitação nº 002/2021);

7.6.14. Controle da fauna:

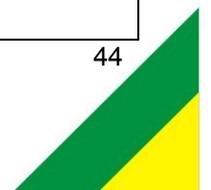
7.6.14.1. A expulsão da fauna silvestre faz parte da natureza específica de um CTDRS. Por outro lado, a atração de determinados animais, como urubus, insetos, roedores e outros pode ocorrer, evidenciando falhas na operação do aterro. As possíveis falhas deverão ser localizadas e reparadas rapidamente, restabelecendo-se o controle da atração desses animais para operação adequada do aterro.



- 7.6.14.2. Deverá ser verificada a incidência anormal de insetos, agentes potencialmente transmissores de doenças e aves (principalmente urubus).
- 7.6.14.3. No Quadro 1 apresenta-se um resumo do monitoramento ambiental a ser realizado pela empresa contratada no CTDRS.

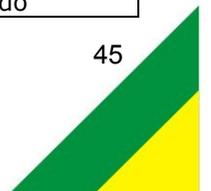
Quadro 1 – Resumo do monitoramento ambiental do CTDRS de Goiânia

Item	Aspecto monitorado		Ações de monitoramento ambiental	Frequência do monitoramento	Produto final
1	Qualidade do ar		Verificação da adequada compactação e recobrimentos das células de resíduos	Diária	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
			Verificação dos focos de fogo e fumaça na área do aterro e em áreas vizinhas	Diária	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
			Verificação da manutenção das vias internas e da área de trabalho do aterro sanitário	Diária	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
2	Poluição sonora e vibrações		Realização de entrevista, por amostragem, com a população na área de influência do aterro sanitário para verificação dos níveis de ruído e vibração	Mensal	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
			Medição da poluição sonora através de um decibelímetro	Mensal	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
			Verificação em campo das vibrações decorrentes da operação e manutenção do aterro	Mensal	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
3	Qualidade das águas	Subterrâneas	Análises da qualidade da água dos 5 (cinco) poços de monitoramento do aterro sanitário conforme critérios da Resolução	Trimestral	Relatório de análise de águas subterrâneas





Item	Aspecto monitorado	Ações de monitoramento ambiental	Frequência do monitoramento	Produto final
		CONAMA nº 396/2008		
	Superficiais	Análise da qualidade da água dos corpos hídricos próximos ao aterro sanitário conforme critério da Resolução CONAMA nº 357/2005. Decreto Estadual nº 1.745/1979 e ABNT NBR 9.898/1987	Trimestral	Relatório de análise de águas superficiais
4	Coleta e tratamento dos gases	Verificação das condições dos drenos de coleta e tratamento dos gases	Semanal	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
5	Coleta e tratamento do líquido percolado	Controle da quantidade de chorume encaminhada à ETE Saneago	Diária	Relatório quantitativo mensal do monitoramento e acompanhamento
		Medição da vazão do chorume no medidor da ETE do aterro sanitário	Diária	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
		Análise do líquido percolado em pontos aleatórios da ETE do aterro sanitário para verificar a eficiência do tratamento conforme critérios da Resolução CONAMA nº 357/2005, Decreto Estadual nº 1.745/1979 e ABNT NBR 9.898/1987	Trimestral	Relatório de análise do chorume
6	Sistema de drenagem de águas pluviais	Leitura da precipitação pluviométrica	Diária	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
		Verificação das condições do	Mensal	Relatório mensal do



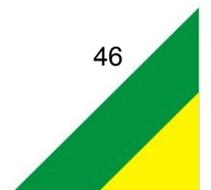
Item	Aspecto monitorado		Ações de monitoramento ambiental	Frequência do monitoramento	Produto final
			sistema de drenagem de águas pluviais		monitoramento e acompanhamento
7	Estabilidade geotécnica do maciço	Inspeções visuais	Inspeções visuais nos taludes para detecção de fissuras, trincas, inchamentos e achatamento nas células de resíduos	Semanal	Relatório de acompanhamento e estabilidade do maciço
		Marcos superficiais	Realização do levantamento topográfico para avaliação dos deslocamentos do maciço	Quinzenal	Relatório de acompanhamento e estabilidade do maciço
		Piezômetros	Leitura dos níveis de chorume e da pressão dos gases no interior do maciço	Mensal	Relatório de acompanhamento e estabilidade do maciço
8	Cobertura vegetal		Verificação do replantio de espécies arbóreas no perímetro do aterro sanitário e da forração nos taludes do maciço	Mensal	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento
9	Controle de fauna		Verificação da incidência anormal de insetos, agentes potencialmente transmissores de doenças e aves (principalmente urubus)	Mensal	Relatório mensal do monitoramento e acompanhamento

7.7. Programa de monitoramento e controle ambiental:

7.7.1. A Contratada deverá apresentar o Programa de Monitoramento e Controle Ambiental com a descrição dos métodos a serem utilizados para monitoramento nos primeiros 30 dias após a emissão da Ordem de Serviço (OR).

7.7.2. Os resultados obtidos com o monitoramento ambiental do CTDRS deverão ser apresentados na forma de relatório e/ou laudo, a ser entregue à Contratante mensalmente. O relatório/laudo de monitoramento ambiental do CTDRS de Goiânia deverá conter no mínimo:

- Identificação da Contratada;
- Objetivos do monitoramento ambiental;
- Caracterização do CTDRS de Goiânia;
- Resultados dos aspectos ambientais monitorados;
- Cálculo do Índice de Qualidade do CTDRS – IQR*;





- Análises de águas e do líquido percolado, quando for o caso;
- Planta geral do CTDRS de Goiânia, em escala, a ser elaborada em programa de engenharia (AutoCad ou Revit), contendo a evolução da operação do CTDRS, devendo ser apresentadas via em DWG. E PDF;
- Recomendações e considerações finais;
- Referências;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Conselho Profissional competente, de todos os profissionais responsáveis pela elaboração dos relatórios de monitoramento ambiental, e do Programa de Monitoramento e Controle Ambiental.
- Recomenda-se ainda complementar a avaliação das condições ambientais do CTDRS através do preenchimento de um questionário desenvolvido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).
- O referido questionário enfoca 3 (três) macro conjuntos de parâmetros relativos ao aterro sanitário:
 - Características do local;
 - Infraestrutura instalada e;
 - Condições operacionais.
- A partir do somatório dos pontos atribuídos no questionário a cada macro conjunto de parâmetros, calcula-se o Índice de Qualidade de um CTDRS – IQR. O IQR classifica a condição do CTDRS em: adequada ou inadequada.
- É importante observar que é de responsabilidade do CTDRS de Goiânia a manutenção de todos os sistemas já citados destinados ao monitoramento ambiental de modo que a empresa contratada consiga realizar as medições de campo e coleta de amostras necessárias.
- O monitoramento dos aspectos descritos no Quadro 1, cuja frequência for diária, por uma questão de logística deverá ser realizado por equipe competente do CTDRS de Goiânia e as informações resultantes deverão ser repassadas à empresa CONTRATADA para a devida análise.

7.8. Estimativa do custo de recuperação do passivo atual:

7.8.1. A CONTRATADA deverá apresentar o método de valoração que será utilizado para estimar o custo de recuperação do possível passivo existente, explicando toda metodologia, as quais devem ser usadas de acordo com as características da atividade do empreendimento, ou em se considerando, a necessidade de uma auditoria ambiental.

7.9. Estimativa de vida útil do empreendimento:

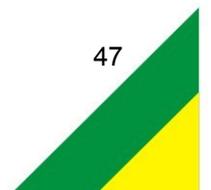
7.9.1. A CONTRATADA deverá realizar um estudo de viabilidade técnica e econômica de ampliação e expansão do Aterro no município de Goiânia, apontando a quantidade de resíduos aterrados e a vida útil restante desse empreendimento.

7.9.2. A CONTRATADA deverá apontar em sua proposta técnica a metodologia que será utilizada, explicando toda a base de cálculos.

7.10. Apresentação dos relatórios:

7.10.1. Os produtos e relatórios finais referentes aos estudos objeto do presente Termo de Referência devem ser apresentados considerando as seguintes diretrizes:

- Os dados e informações que exigem tratamento especial deverão ser apresentados em sistema geográfico de informações, com utilização de cartografia em escalas adequadas, de forma a permitir a sobreposição de temas e a interpretação conjunta dos mesmos;





- Os dados referentes às unidades especiais dos projetos, e as áreas de influência, deverão ser apresentados em banco de dados inter-relacionados, de forma a permitir cruzamento de informações e representação gráfica associada ao sistema georreferenciado;
- Todos os documentos gerados deverão ser entregues em formato impresso e digital, devendo as plantas e mapas ainda, serem apresentados também no formato DWG.
- Dos estudos devem ser objeto de relatórios sucintos, facilmente compreensíveis e com material de apoio para divulgação e apresentação pública.
- A Contratada emitirá os seguintes relatórios parciais para cada evento concluído, conforme cronogramas físico e financeiro:

Relatórios de andamento – contendo resumo normalizado da situação físico-financeira do contrato em andamento (cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções de prazos e custos);

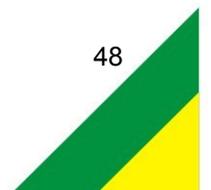
Relatórios Específicos – imprescindíveis em determinados estágios de desenvolvimento dos trabalhos, para cada especialidade ou tema, com as informações referentes às fontes de dados, metodologias, memórias de cálculo e especificações técnicas adotadas, avaliação crítica sobre a adequação ou carência dos dados disponíveis, bem como recomendações para aprimoramento, a serem integrados nos Relatórios parciais e Relatórios finais.

7.11. Projeto técnico de encerramento/descomissionamento do maciço principal do aterro de Goiânia:

- 7.11.1. A Contratada deverá se atentar para o uso futuro da área do maciço principal, onde o mesmo, irá receber a continuidade de outros maciços, compatibilizando as demais atividades do aterro que continuarão sendo realizadas, quais sejam o tratamento dos efluentes líquidos, estabilização da geração ou aproveitamento do biogás, a estabilização geotécnica e de recalques e ainda atividade de monitoramento ambiental.
- 7.11.2. A Contratada deverá, também, dispor de drenos pluviais, sistema de drenagem de chorume e gases seguindo um projeto visando unir maciços secundários ao maciço principal.
- 7.11.3. A Contratada deverá ainda, propor cronograma físico-financeiro para a correção e encerramento/descomissionamento do maciço principal do Aterro de Goiânia.
- 7.11.4. Ações mitigatórias:
- 7.11.4.1. A Contratada deverá estudar e apresentar ações mitigadoras com finalidade de garantir a segurança das pessoas e instalações próximas ao Aterro, bem como a qualidade ambiental do entorno.
- 7.11.4.2. Deverá também minimizar a geração de chorume e evitar seu vazamento, além de minimizar a emissão de gases causadores de efeito estufa e contaminação das águas subterrâneas e superficiais.
- 7.11.4.3. Por fim, deverá analisar atividades que possam garantir a integridade do maciço e demais estruturas e a prevenção de impactos ambientais.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS:

- 8.1. A Contratada deverá utilizar materiais de primeira qualidade, executar os serviços dentro da boa técnica e sem ônus para a Contratante, realizar e apresentar todos os laudos necessários à garantia da qualidade dos serviços contratados;
- 8.2. A conformidade dos materiais, das técnicas e da qualidade de execução dos serviços poderão ser denunciados a qualquer tempo, independentemente de qualquer





- recebimento provisório anterior ao recebimento definitivo dos serviços, com a devida verificação das especificações de qualidade;
- 8.3. Todos os procedimentos adotados para realização dos serviços deverão estar em acordo com a legislação e ter sua descrição informada no plano de trabalho e/ou programa e/ou relatório entregue(s), para que a equipe técnica responsável pela vistoria e fiscalização possa acompanhar e questionar se necessário;
- 8.4. O monitoramento ambiental no CTDRS de Goiânia deverá ser iniciado imediatamente após a emissão da ordem de serviço, sendo que, a Contratada deverá entregar mensalmente um relatório de monitoramento ambiental à Contratante, que deverá ser por meio de mídia digital e via impressa protocolada junto à Presidência da COMURG, em conformidade as orientações deste Termo de Referência.
- 8.5. Os produtos finais deverão ser entregues na sede da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG), no endereço: Avenida Nazareno Roriz, nº 1.122, Vila Aurora, Goiânia/GO, de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 12:00 horas ou das 14:00 às 18:00 horas.
- 8.6. Os produtos/serviços serão recebidos:
- Parcialmente, em até 10 (dez) dias a partir da entrega previsto no cronograma, para efeito de verificação da conformidade com as especificações técnicas legais e as constantes neste Termo de Referência;
 - Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações, e sua consequente aceitação, se dará em até 10 (dez) dias após conclusão do recebimento parcial.
 - A COMURG se reserva o direito de não receber o objeto em desacordo com a legislação ambiental vigente ou as especificações e condições constantes do Termo de Referência, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas na legislação pertinente.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- 9.1.1. Poderão participar da licitação empresas brasileiras, empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil ou empresas em consórcio pertencentes ao ramo do objeto licitado, desde que atendidas todas as exigências deste Termo de Referência;
- 9.1.2. Utilizar os materiais e executar os serviços de acordo com as características, especificações e demais condições exigidas pelas normas técnicas brasileiras, por este Termo de Referência;
- 9.1.3. Responder por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão da ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus propositos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- 9.1.4. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações relacionadas aos serviços prestados e fornecer relatórios diários sobre o andamento dos serviços como o preenchimento de diário de obras, logo após o início dos trabalhos;
- 9.1.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, bem como com as correções e substituições por indicação de não conformidade apontadas pela equipe de fiscalização, sem quaisquer ônus à Contratante;
- 9.1.6. Cumprir as demais obrigações estabelecidas pelo Edital, normas técnicas e legislação em vigor.



9.2. Da Contratante:

- 9.2.1. Emitir Ordem de Serviço para a imediata execução do contrato;
- 9.2.2. Pagar a fatura apresentada pela Contratada, em até 30 dias após em conformidade com o cronograma físico financeiro;
- 9.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de equipe tecnicamente qualificada e previamente designada;
- 9.2.4. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para correção de eventuais irregularidades encontradas na execução do contrato;
- 9.2.5. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;
- 9.2.6. Cumprir as demais obrigações estabelecidas pelo Termo de Referência, pelo Edital e legislação em vigor.

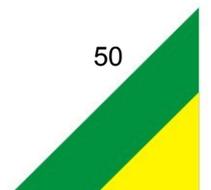
10. VIGÊNCIA DO CONTRATUAL:

- 10.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme previsto em legislação.

11. CRONOGRAMA DE FÍSICO FINANCEIRO:

- 11.1. A realização dos serviços e pagamento deverão ocorrer de acordo com o cronograma a seguir:

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DESEMBOLSO FINANCEIRO (PERCENTUAL)	21%	8%	5%	18%	4%	4%	16%	2%	2%	16%	2%	2%
Plano de trabalho detalhado	X											
Laudo/Relatório de estabilidade dos maciços	X	X										
Relatório de Avaliação Preliminar	X	X										
Relatório de Investigação de Impactos Ambientais	X	X	X	X								
Relatório de Investigação Confirmatória de Passivo Ambiental	X	X	X	X								
Estudo Hidrogeológico	X	X	X	X								
Programa de Monitoramento e Controle Ambiental	X											
Execução do monitoramento ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Entrega dos laudos/relatórios de monitoramento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Análises Laboratoriais	X			X			X			X		
Planta geral do aterro sanitário, contendo evolução da operação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estimativa de Custos de Recuperação					X	X						
Estimativa de Vida Útil do Empreendimento					X	X						
Recomendações para Curto, Médio e Longo Prazo Objetivando a Recuperação e Adequação do CTDRS					X	X						
Projeto de Encerramento/Descomissionamento do Maciço Principal					X	X						
Relatório Final Compilado												X



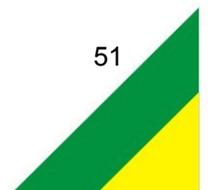


12. RESPONSABILIDADE

12.1 - A Coordenadoria do Aterro Sanitário é a Unidade de Gestão Técnica responsável pelo Termo de Referência, estando esse em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Companhia de Urbanização de Goiânia - COMURG, parte integrante deste processo.

Goiânia, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2021.

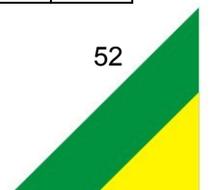
Aristóteles de Paula e Sousa Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Licitação





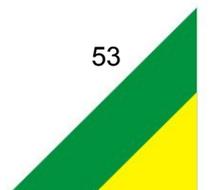
ANEXO I – A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Fonte	Código	Profissional/ Serviço	Unidade	Quantidade	Preço Unitário sem encargos (R\$)	Preço Unitário com encargos/ Preço unitário do serviço (R\$)	Valor
Profissionais								
1			Engenheiro ambiental e/ou sanitaria	h	808			
2			Engenheiro civil pleno**	h	808			
3			Auxiliar técnico de engenharia	h	56			
4			Topógrafo	h	505			
5			Aux. De Topógrafo	h	505			
6			Engenheiro Geológico	h	240			
7			Engenheiro Agrônomo	h	240			
8			Biólogo	h	160			
Instrumental								
9			GPS	mês	4			
10			Instrumental de topografia	mês	4			
Análises de água e chorume								
11			Análise das águas superficiais	unid	36			
12			Análise das lagoas do chorume	unid	36			
13			Análise das águas subterrâneas	unid	32			
Análise do solo								
14			Análise do solo	unid	32			
Serviços de administração e escritório								
15			Digitador	h	202			
16			Cadista	h	303			





17			Impressões A4	unid	1000			
18			Impressão A3	unid	50			
19			Impressão A2	unid	40			
20			Impressão A1	unid	20			
21			Impressão A0	unid	12			
22			Encadernações	unid	20			
							Valor total sem BDI	
							Valor do BDI (17,25%)	
							Valor total final	





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(Preferencialmente em papel timbrado da Licitante)

A Comissão de Permanente de Licitação da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA

Endereço: Av. Nazareno Roriz nº 1.122 – Vila Aurora - Goiânia–GO - CEP 74405-010

Ref.: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021

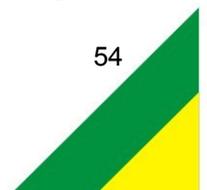
Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa, com sede na, C.N.P.J. n.º, através de seu representante legal Sr. (a), cargo, CREDENCIA o (a) Sr. (a), portador (a) do R.G. n.º e C.P.F. n.º, para representá-la perante a COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIANIA, na sessão pública do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021**, outorgando-lhe plenos poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas de registro de preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases licitatórias.

Localidade, aos XX dias do mês de XXXXXXXX de 2021.

____ (assinatura)____
CARGO
R.G. n.º

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura, com firma reconhecida em cartório.





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (MODELO)**

**A Comissão de Permanente de Licitação da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE
GOIÂNIA**

Endereço: Av. Nazareno Roriz nº 1.122 – Vila Aurora - Goiânia–GO - CEP 74405-010

Ref.: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021

Assunto: Credenciamento

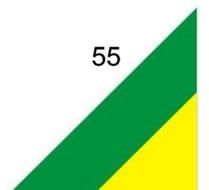
.....(nome da empresa)....., inscrita no CNPJ
sob o nº....., por intermédio de seu representante legal,
o(a)Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº....., e do CPF nº....., DECLARA,
para fins do disposto no Edital deste **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº
002/2021**, sob as sanções Administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta
empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006.

Declaramos também, sob as penas da lei, que cumprimos os requisitos
legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atestamos
a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei
Complementar nº 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º
do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Localidade, aos XX dias do mês de XXXXXX de 2021.

(nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

Nota: A falsidade desta **DECLARAÇÃO**, objetivando os benefícios da Lei
Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código
Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das
penalidades previstas neste Edital.





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

ANEXO IV – MODELO PARA A PROPOSTA

**A Comissão Permanente de Licitação da
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
Endereço: Av. Nazareno Roriz nº 1.122 – Vila Aurora
CEP: 74405-010 – Goiânia - GO**

Ref.: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021

OBJETO	VALOR TOTAL

Prezados Senhores,

_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

Estamos cotando os serviços discriminados, conforme **planilhas constantes em nossa proposta**, cujo Valor Global é de R\$_____ (_____).

No preço proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais e previdenciários, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste edital e seus Anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece no Anexo I deste Edital, quantitativos e demais orientações constantes do edital.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de sua apresentação.

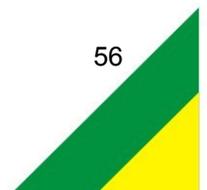
Declaramos que utilizaremos somente materiais e mão-de-obra de boa qualidade, e ainda que a variação de quantidades (respeitado as quantidades mínimas estabelecidas na planilha) será de nossa inteira responsabilidade e que haverá a garantia dos serviços prestados.

Declaramos que o prazo para execução dos serviços é conforme consta deste edital.

Declaramos ainda que, temos conhecimento de todas as condições existentes no local de execução da obra, razão pela qual não teremos direito exigir do Contratante quaisquer reajustes nos preços ofertados, por desconhecimento destas condições.

Localidade, aos XX dias do mês de XXXXXXX de 2021.

Assinatura do representante legal da Empresa/Carimbo





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

ANEXO V - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA

Endereço: Av. Nazareno Roriz nº 1.122 – Vila Aurora - Goiânia–GO - CEP 74405-010

Ref.: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021

Prezados Senhores,

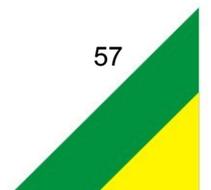
____(**nome da empresa**)____, CNPJ/MF n.º ____ , sediada ____(**endereço completo**)____ , tendo examinado o Edital, declara sob as penas da lei que:

- a) Está apresentando proposta para prestação dos serviços objeto deste edital;
- b) A nacionalidade da Empresa Licitante é ____ (**indicar a nacionalidade**);
- c) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e, também, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- d) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º, da constituição Federal;
- e) Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte.

Localidade, aos XX dias do mês de XXXXXXX de 2021.

____(**assinatura**)____

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.





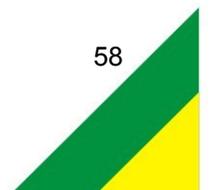
**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE impedimentos da Lei nº
13.303/2016**

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa
....., da qual somos representantes
credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e
44 da Lei nº 13.303/2016.

Localidade, aos XX dias do mês de XXXXXXX de 2021.

.....
Assinatura do representante legal da Empresa





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

**ANEXO VII - GARANTIA DE FORNECIMENTO DO CONTRATO
(FIANÇA BANCÁRIA - MODELO)**

**À DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA DA COMPANHIA DE
URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA**

CARTA DE FIANÇA R\$

Pela presente Carta de Fiança, o Banco com sede.....
da cidade, do Estado, por seus
representantes infra assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa
renúncia dos benefícios estatuídos nos Artigos 827 e 835, do Código Civil Brasileiro, da
Firma sediada à
..... da cidade
do Estado até o limite de R\$
(.....) para efeito DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO
objeto do Edital **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021**.

Este Banco se obriga, obedecido ao limite acima especificado, a atender dentro de
24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas
pela CONTRATANTE, sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou
interposição de recurso administrativo ou judicial com respeito a CONTRATANTE

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na
hipótese de ser a CONTRATANTE compelida a ingressar em juízo para demandar o
cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a
afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança
Bancária ou por nova carta de fiança, que seja aceita pelo beneficiário.

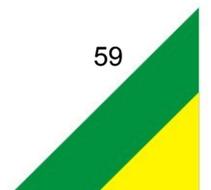
Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º
..... ou outro registro usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa,
satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das
autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta
natureza por força de disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado
no Diário Oficial, em do ano, tendo sido (eleitos ou
designados) pela Assembleia realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de (número por extenso)
dias, a contar desde a, mas poderá ser prorrogada automaticamente até o término das
obrigações da afiançada com a Companhia de Urbanização de Goiânia.

A presente fiança será cumprida na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás,
em cujo fora será também executada.

(Data e assinatura, com firmas reconhecidas)





**COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021
(Processo nº 85756681/2021)**

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHO INVESTIGATIVO COMPLETO DAS CONDIÇÕES ATUAIS DO ATERRO SANITÁRIO DE GOIÂNIA, INCLUINDO ENSAIOS E APRESENTAÇÕES GRÁFICAS COMPLETAS, INVESTIGAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL, REALIZAÇÃO DE ESTUDO HIDROGEOLÓGICO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL E A ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO DE ENCERRAMENTO/DESCOMISSIONAMENTO DO MACIÇO PRINCIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA E A EMPRESA, nas cláusulas e condições que se seguem:

A **COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA**, doravante denominada **COMURG**, sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei nº 4.915, de 21 de outubro de 1974, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, localizada na Avenida Nazareno Roriz, nº 1122, Vila Aurora, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.418.160/0001-55, neste ato representada por seu Presidente, brasileiro, casado, profissão, portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº, abaixo assinado, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados no(a), doravante simplesmente designada **CONTRATADA**, com sede na, na cidade, Estado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº, neste ato representada por seu representante legal, nome....., nacionalidade....., estado civil....., profissão....., identidade..... e CPF....., abaixo assinado, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na Lei nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, publicado no Diário Oficial do Município nº 7061 de 23 de maio de 2019, doravante denominado "Regulamento", Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais legislações pertinentes, e tendo em vista o que consta do Processo nº 85756681/2021, a abertura de licitação, na modalidade **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG Nº 002/2021**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução empreitada contratação semi-integrada, destinado à contratação de empresa especializada para realização de trabalho investigativo completo das condições atuais do aterro sanitário de Goiânia, incluindo ensaios e apresentações gráficas completas, investigação do passivo ambiental, realização de estudo hidrogeológico, elaboração e execução do programa de monitoramento e controle ambiental e a elaboração do projeto técnico de encerramento/descomissionamento do maciço principal, visando subsidiar e





direcionar as ações que transformarão o então aterro sanitário de Goiânia, em um centro de tratamento e disposição final de resíduos sólidos (CTDRS), conforme descrição dos serviços expostos neste edital e seus anexos, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a **prestação de serviços de engenharia relativos à realização de trabalho investigativo completo das condições atuais do aterro sanitário de Goiânia, incluindo ensaios e apresentações gráficas completas, investigação do passivo ambiental, realização de estudo hidrogeológico, elaboração e execução do programa de monitoramento e controle ambiental e a elaboração do projeto técnico de encerramento/descomissionamento do maciço principal, visando subsidiar e direcionar as ações que transformarão o então aterro sanitário de Goiânia, em um centro de tratamento e disposição final de resíduos sólidos (CTDRS), conforme descrição dos serviços expostos no PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG N° 002/2021, e na proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste contrato, independente de transcrição.**

1.2. Todos os originais de desenhos, diagramas, "layouts", especificações, folhas de cálculos, cadernetas, relatórios de campo e outros documentos de engenharia preparados pela CONTRATADA para execução dos serviços serão de propriedade da COMURG, devendo-lhe ser entregues pela CONTRATADA, quando da aceitação dos serviços, sem acréscimo de pagamento.

1.3. A COMURG se reserva o direito de repetir os projetos/especificações porventura elaborados pela CONTRATADA, sem que por esse motivo caiba a esta qualquer direito a reclamação ou indenização.

1.4. A CONTRATADA cederá a COMURG todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto deste Contrato, que poderá utilizá-lo na forma da lei.

1.5. Fazem parte integrante desse contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

a) O edital **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG N° 002/2021**, seus ANEXOS, a Proposta da CONTRATADA, a Ata de Julgamento da Comissão Permanente de Licitações, o Termo de Homologação;

b) O projeto básico correspondente relativos aos serviços.

1.6. Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da CONTRATADA e as expressas neste contrato, prevalecerão as deste último.

CLÁUSULA SEGUNDA

FONTES DE RECURSOS





2.1. A prestação dos serviços, objeto deste Edital, correrá à conta dos recursos financeiros oriundos da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG, conta nº 2021.8100.15.452.0020.2232.33903900.110.

CLÁUSULA TERCEIRA

VALOR DO CONTRATO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços contratados e efetivamente executados, mencionados na cláusula primeira deste contrato, o valor total de R\$ _____(_____), de acordo com a Proposta da CONTRATADA, a(s) Ata(s) de abertura e julgamento das propostas de preços e documentação de habilitação da Comissão Permanente de Licitações, documentos constantes do Processo nº 85756681/2021.

3.2. Fica expressamente estabelecido que no preço total citado nesta cláusula estão incluídos todos os custos diretos e indiretos e benefícios da CONTRATADA, requeridos para a execução dos serviços previstos na cláusula primeira deste contrato, tudo em consonância com as especificações e demais documentos da licitação, especialmente as despesas relacionadas no subitem 11.6 do edital, e Proposta da CONTRATADA.

3.3. Nos preços relacionados na Planilha Orçamentária estão inclusas as taxas do **BDI**.

CLÁUSULA QUARTA

PRAZO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da respectiva publicação resumida do contrato na imprensa oficial, podendo a vir ser prorrogado, a critério da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG e mediante aceitação da CONTRATADA, mantidas as demais condições contratuais, nos termos da lei e do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

4.2. O prazo de execução dos serviços poderá ser alterado nos seguintes casos:

I - No caso de demora da COMURG em fornecer informações e materiais necessários ao cumprimento de obrigações da sua responsabilidade;

II - Por motivos de força maior, previstos no Parágrafo Único do Artigo 393, do Código Civil (Lei 10.406 de 01 de janeiro de 2002);

a) Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, por motivo de força maior, de cumprir com seus deveres e responsabilidades relativos aos serviços contratados, deverá comunicar, por escrito e no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração do prazo pretendida;

b) O comunicado sobre força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não do fato de força maior, podendo a COMURG constatar, em fase ulterior, a veracidade do fato.

4.3. Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no Contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente





necessário, ao reinício e conclusão dos mesmos. Qualquer dúvida com respeito a esta prorrogação de prazo será devidamente acertada entre a COMURG e a CONTRATADA, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes. Entretanto, se o reinício dos serviços por motivo de força maior, demandar prazo superior a dois meses, a COMURG poderá rescindir o Contrato mediante comunicação por escrito à CONTRATADA e celebração do competente Termo de Rescisão ao Contrato.

4.4. Não serão considerados como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de força maior e caso fortuito, devidamente comprovado, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pela COMURG.

CLÁUSULA QUINTA

CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Todos os serviços em desacordo com as Especificações Técnicas, assim como falhas e/ou vícios verificados no ato do seu recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a COMURG. Nestes casos, o prazo para a recuperação daquelas falhas será determinado pela COMURG, e sua inobservância implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

5.2. A eventual reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução, não implicará em alterações das multas contratuais.

5.3. Os serviços somente serão recebidos pela COMURG após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais documentos que o integram.

5.4. Ao concluir cada etapa dos serviços, a CONTRATADA deverá comunicar o fato, por escrito à FISCALIZAÇÃO. Se esta considerar o pedido procedente, a COMURG providenciará, em até 10 (dez) dias, a contar da data do aceite pela FISCALIZAÇÃO, a realização da vistoria para efeitos de seu recebimento provisório.

5.5. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.

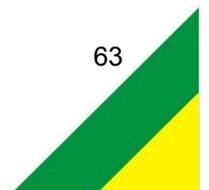
5.6. Após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata o subitem 5.4.

5.7. Até 10 (dez) dias após o recebimento do Termo Provisório, desde que verificadas e aprovadas as condições técnicas dos serviços, a COMURG fará o recebimento definitivo dos serviços.

5.8. Ocorrendo o previsto no subitem 5.6, será retomada a contagem do prazo do subitem 5.7, a partir da data de lavratura do termo mencionado naquele subitem.

5.9. A correção das falhas e irregularidades apontadas no Termo de Recusa não implicará em ônus para a COMURG.

5.10. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.





CLÁUSULA SEXTA

CONDIÇÕES DE FATURAMENTO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO ATRASO DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento é condicionado ao recebimento parcial e/ou definitivo, em conformidade com o cronograma físico financeiro, constante no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e deve ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA** à Diretoria Administrativa/Financeira da **CONTRATANTE**, que deve conter o detalhamento do objeto executado, o número deste Contrato, a agência bancária e conta corrente na qual deve ser depositado o respectivo pagamento.

6.2. As notas fiscais aprovadas serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação da **CONTRATANTE**, que se dará por meio de atestado na nota fiscal assinado por representante da **CONTRATANTE**.

6.3. As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à **CONTRATADA** para a correção ou substituição. A **CONTRATANTE**, por meio do gestor do contrato, deve efetuar a devida comunicação à **CONTRATADA** dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no item 6.2 deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada à **CONTRATANTE**.

6.4. A **CONTRATANTE** pode reter ou glosar os pagamentos, sem prejuízo das sanções cabíveis, se a **CONTRATADA** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

6.5. É vedado o pagamento antecipado.

6.6. É permitido à **CONTRATANTE** descontar dos créditos da **CONTRATADA** qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

6.7. ATRASO DE PAGAMENTO: Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Companhia, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de impugnação por parte do contratado, momento após o qual serão devidos, além da atualização financeira, juros de mora que serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

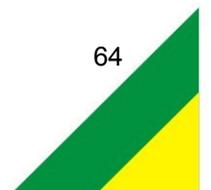
I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data da impugnação por parte do contratado e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso





6.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA SÉTIMA

EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato poderá ocorrer por meio de reajuste ou revisão.

7.1.1. Em relação ao reajuste deve-se observar:

- a) Que os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da proposta, nos termos da Lei 10.192/01.
- b) Na prorrogação do prazo, o valor inicialmente contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, do período.

7.1.2. A revisão deve ser precedida de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de comprovação:

- a) Dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
- b) Da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e
- c) De demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

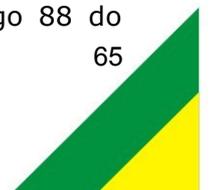
7.1.3. A revisão e/ou reajuste que não for solicitado durante a vigência do Contrato se considera preclusa com a prorrogação, renovação contratual, com o encerramento ou rescisão do Contrato.

7.1.4. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 88 do





Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG, aplicar ao contratado as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

8.1.1. As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da **CONTRATADA**:

- a) Dar causa à inexecução parcial ou total do Contrato;
- b) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;
- e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) Comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.

8.1.2. A sanção de suspensão, referida no inciso III do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, deve observar os seguintes parâmetros:

- a) Se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses;
- b) Caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano.

8.1.3. As penas bases definidas no item 8.1.2 desta Cláusula devem ser qualificadas nos seguintes casos:

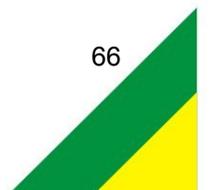
- a) Em 1/2 (um meio), se a **CONTRATADA** for reincidente;
- b) Em 1/2 (um meio), se a falta da **CONTRATADA** tiver produzido prejuízos relevantes para a **COMURG**.

8.1.4. As penas bases definidas no item 8.1.2 desta Cláusula devem ser atenuadas nos seguintes casos:

- a) Em 1/4 (um quarto), se a **CONTRATADA** não for reincidente;
- b) Em 1/4 (um quarto), se a falta da **CONTRATADA** não tiver produzido prejuízos relevantes para a **CONTRATANTE**;
- c) Em 1/4 (um quarto), se a **CONTRATADA** tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
- d) Em 1/4 (um quarto), se a **CONTRATADA** comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.

8.1.5. Na hipótese do item 8.1.2 desta Cláusula, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se a **CONTRATADA** contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 8.1.4, a pena de suspensão deve ser substituída pela de advertência, prevista no inciso I do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016.

8.1.6. A **CONTRATADA** estará sujeita à multa:





- a) De mora, por atrasos não justificados no prazo de execução de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato por serviço em atraso, por dia corrido de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- b) Compensatória, pelo descumprimento parcial do **CONTRATO**, referente ao não atendimento de cláusula contratual (inadimplemento parcial), no montante de até 10% (dez por cento) do valor do **CONTRATO**.
- c) Compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

8.1.7. Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do Contrato, fundamentada no item 9.1 do presente Contrato.

8.1.8. Se a multa for aplicada em decorrência de inadimplemento parcial, o percentual deve ser apurado em razão do valor da obrigação inadimplida.

8.1.9. Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil.

8.1.10. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA NONA

RESCISÃO

9.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes contratantes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato. Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

- a) Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- b) Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- c) Motivação social e ambiental do empreendimento;
- d) Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e) Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- f) Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g) Possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;
- h) Custo total e estágio de execução física e financeira do Contrato;
- i) Empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do Contrato;
- j) Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo Contrato;
- k) Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

9.1.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA** pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

9.1.2. Na hipótese do item 9.1.1 desta Cláusula, a **CONTRATANTE** pode conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis para que a **CONTRATADA** regularize suas





obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da **CONTRATADA** de corrigir a situação.

9.1.3. O Contrato pode ser rescindido pela **CONTRATANTE** nos casos em que a **CONTRATADA** for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Assessoria Jurídica.

9.1.4. A rescisão contratual, quando promovida pela **CONTRATANTE**, deve seguir o processo administrativo preceituado no artigo 88 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

CLÁUSULA DÉCIMA

GARANTIA

10.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO: A **CONTRATADA**, na assinatura deste Termo de Contrato, comprovou a prestação de Garantia junto a Diretoria Administrativa financeira, correspondente a 3% (três por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.

10.1.1. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução;

10.1.2. A garantia poderá, a critério da COMURG, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

10.1.3. A garantia ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais;

10.1.4. A garantia será restituída, somente, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

10.1.5. Caso ocorra a prorrogação do contrato, a contratada fica obrigada a apresentar, no ato da assinatura do Termo de Aditivo, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita na modalidade de seguro garantia ou fiança bancária, nos termos do artigo 75 do Regulamento de Licitações e Contratos da COMURG.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A COMURG poderá, em qualquer ocasião, desde que com pré-aviso de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente, no todo ou em parte, os serviços contratados. Neste





caso, serão acordados novos prazos para a retomada dos serviços e estudadas as implicações, decorrentes desta interrupção.

11.2. Se a suspensão dos serviços vier a impor-se como definitiva, este contrato será rescindido, na forma estabelecida na cláusula nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

FISCALIZAÇÃO

12.1. A COMURG exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços, facultando-lhes o livre acesso as suas instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da COMURG. Gestor do Contrato:, matrícula funcional nº

12.2. A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos pertinentes, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

12.3. A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.

12.4. Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

12.5. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, solicitar da CONTRATADA a retirada de empregados que dificultem sua ação, bem como exigir prova do cumprimento das suas obrigações para com o INSS e FGTS, inclusive com relação ao seguro de acidente de trabalho do seu pessoal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Mediante o fiel cumprimento das condições ajustadas, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** pelo fornecimento dos produtos.

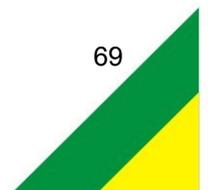
13.2. Facilitar, em tempo hábil para a **CONTRATADA**, o acesso a documentos e/ou informações de que disponha, porventura necessários ao fornecimento dos produtos.

13.3. Orientar a **CONTRATADA** com relação à indicação de possíveis fontes de informação, porventura necessárias ao fornecimento dos produtos.

13.4. Designar empregado responsável para acompanhar a execução do Contrato.

13.5. Exercer permanentemente gestão e fiscalização da execução do objeto contratado, registrando ocorrências relacionadas à execução do objeto e determinando as medidas necessárias para a regularização dos problemas observados.

13.6. Acompanhar e estabelecer diretrizes para aceitação do objeto contratado.





13.7. Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade verificada na execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, bem como no edital e seus anexos, independentemente de transcrição, sendo certo que o não cumprimento sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no Contrato.

14.2. Manter, durante a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.3. Não ceder, transferir a terceiros, no todo ou em parte, bem como não sub-rogar os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

14.4. Responder pelas indenizações, danos e prejuízos causados a empregados da **CONTRATANTE**, bem como a terceiros, por culpa ou por consequência de imperícia, negligência ou imprudência de pessoas por ela designadas para o cumprimento do objeto deste Contrato.

14.5. Manter sigilo sobre todas as informações fornecidas pela **CONTRATANTE** postas à sua disposição para a execução do fornecimento, e não reproduzir ou copiar, total ou parcialmente, qualquer documento que lhe seja entregue por meio físico ou eletrônico, exceto nas necessidades decorrentes dos serviços objeto do Contrato.

14.6. Todos os tributos, despesas e quaisquer ônus de natureza federal, estadual ou municipal, relativos ao presente Contrato e decorrentes da legislação brasileira em vigor nesta data ficarão a cargo exclusivo da **CONTRATADA**, que também se responsabilizará por seus recolhimentos e pelo cumprimento de todas as obrigações e formalidades legais perante as autoridades competentes.

14.7. Designar preposto para representá-la durante a execução do Contrato, o qual deverá apresentar-se à **CONTRATANTE** comprovando formalmente a condição de representante da **CONTRATADA** para tal encargo.

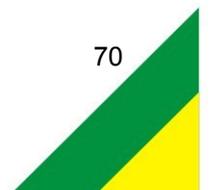
14.8 Notificar à **CONTRATANTE**, por escrito, quaisquer fatos que possam por em risco a execução do presente objeto;

14.9. Notificar prontamente à **CONTRATANTE** qualquer divulgação ou uso não autorizado de informações que porventura tomar conhecimento, adotando todas as medidas recomendadas pela **CONTRATANTE** para remediar qualquer divulgação ou uso.

14.10. Providenciar junto aos órgãos competentes e manter atualizadas todas as licenças e alvarás necessários ao fornecimento dos produtos.

14.11. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**.

14.12. Corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução.





14.13. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no prazo de 10 (dez) dias corridos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.14. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela **CONTRATANTE** para a execução deste **CONTRATO**.

14.15. Comunicar à **CONTRATANTE**, em cada caso, sujeito à confirmação de recebimento, qualquer fato que exija sua manifestação ou providência, sem prejuízo da eventual adoção de medidas urgentes com vistas ao cumprimento do objeto do contrato.

14.16. Transferir para o domínio da **CONTRATANTE** todas as informações e a documentação produzidos por ocasião do término da vigência deste Contrato.

14.17. O não cumprimento de qualquer das condições estabelecidas sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

15.1. A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

15.1.1. A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) A aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;
- b) Deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela **COMURG**, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato;

15.1.2. A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei nº 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) Os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;
- b) As consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou pelo serviço;
- c) As mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- d) A capacidade técnica e econômico-financeira da **CONTRATADA** deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;
- e) A motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores





supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;

f) A alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

15.1.3. As alterações incidentes sobre o objeto, observadas as disposições do art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da **COMURG**, serão realizadas mediante termo aditivo e devem ser:

- a) Instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico da **COMURG**, que deve avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) As justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da **CONTRATANTE**; e
- c) Submetidas à Assessoria Jurídica e, quando for o caso, à Diretoria Administrativa-Financeira da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o Contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico da **CONTRATANTE**.

16.1.1. A decisão sobre o pedido de aditivo contratual deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação. O prazo é suspenso quando realizar-se diligência para requerer comprovações ou informações complementares.

16.1.2. Não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

- a) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços e repactuação previstas no Contrato;
- b) As atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
- c) A correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
- d) As alterações na razão ou na denominação social da **CONTRATADA**; e
- e) As alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados.

16.1.3. Os aditivos contratuais ou apostilamentos devem ser firmados dentro da vigência do respectivo contrato. Se o encerramento da vigência do contrato ocorrer em dia não útil ou sem expediente, os aditivos ou apostilamentos podem ser firmados no dia útil subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

ATOS LESIVOS À COMURG





17.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, a **CONTRATADA** está sujeita às sanções estabelecidas na Cláusula Décima Sétima deste Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à **COMURG**, assim definidos:

- a) Fraudar o presente Contrato;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual; ou
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato; e
- e) Realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 8.666/1993, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

17.1.1. As sanções indicadas no item 17.1 aplicam-se quando a **CONTRATADA** se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

18.1. A prática, pela **CONTRATADA**, de qualquer ato lesivo previsto na Cláusula Décima Sexta deste Contrato, ou no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, a sujeita, com fundamento no artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) Multa, equivalente a 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa;
- b) Publicação extraordinária da decisão condenatória;
- c) Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "a", do item 14.1, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

18.1.1. A **COMURG** deve levar em consideração na aplicação das sanções aqui previstas o estabelecido no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

18.1.2. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 13.303/2016, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a **CONTRATADA** também está sujeita às sanções administrativas do item 18.1 deste Contrato.

18.1.3. As sanções descritas no item 18.1 devem ser aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

18.1.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do processo deve ser publicada no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da **COMURG**.





18.1.5. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

18.1.6. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

18.1.7. As disposições desta Cláusula aplicam-se quando a **CONTRATADA** se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

18.1.8. Não obstante o disposto nesta Cláusula, a **CONTRATADA** está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste Contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PEÇAS CONSTITUTIVAS DO CONTRATO

19.1. O presente **CONTRATO** será regido por suas cláusulas, que devem ser fundamentadas nas disposições da Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos, publicado no Diário Oficial do Município nº 7061 de 23 de maio de 2019, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na legislação civil e demais legislações pertinentes.

19.2. A contradição involuntária entre, por um lado, o instrumento de contrato ou documento equivalente, e, de outro, as condições licitadas, configuradas pelo edital e seus documentos anexos, ou ao termo de dispensa ou contratação direta, e as propostas apresentadas pela contratada, resolvem-se em prol das condições licitadas, preservado o princípio da boa-fé objetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA

DA PUBLICAÇÃO

20.1 - Caberá a **CONTRATANTE** providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no site da Prefeitura Municipal de Goiânia e no prazo legal.

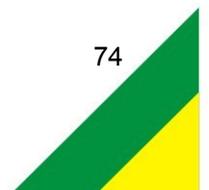
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

DA APRECIÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

21.1 - O presente Instrumento será objeto de apreciação pelo **Controle Interno da Companhia de Urbanização de Goiânia** e cadastrado no site do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCM, em até (3) dias úteis a contar da publicação oficial, com respectivo *upload* do arquivo correspondente, de acordo com o art. 1º, §1, II da IN nº 12/18 do TCM, não se responsabilizando o **CONTRATANTE**, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

DOS TRIBUTOS





22.1 - A CONTRATADA será responsável exclusiva por todos e quaisquer tributos e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, decorrentes da prestação dos serviços, objeto da licitação, e qualquer outro necessário à adequada execução do objeto da licitação, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, bem como de qualquer inadimplemento por parte da Contratada neste sentido”, “nos termos do art. 77, caput, e parágrafo único da Lei 13.303/16.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

DA VINCULAÇÃO

23.1 - Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, os termos do Edital do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO COMURG N° 002/2021** e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA datada de __/__/____, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

DA GESTÃO CONTRATUAL

24.1 - Em atendimento aos art. 40, inciso VII, da Lei Federal nº 13.303/2016, juntamente as normas previstas no Regulamento de Licitações e Contratos desta Companhia e com o art. 3º, XXI, da Instrução Normativa nº 010 de 2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Companhia de Urbanização de Goiânia, especialmente designado para a função de gestor e para a função de fiscal do contrato.

24.2 - A função de gestor do contrato caberá ao empregado nomeado pela Portaria nº _____, que atuará como gestor do contrato.

24.3 - A função de fiscal do contrato caberá ao empregado nomeado pela Portaria nº _____, que atuará como fiscal do contrato juntamente com o gestor designado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

FORO

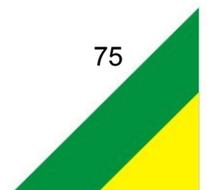
25.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Goiânia, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Goiânia, xx de xxxxxxx de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADA





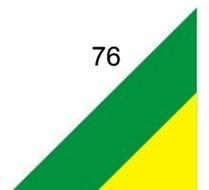
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





MATRIZ DE RISCO

Realização De Trabalho Investigativo Completo Das Condições Atuais Do Aterro Sanitário De Goiânia, Incluindo Ensaio E Apresentações Gráficas Completas, Investigação Do Passivo Ambiental, Realização De Estudo Hidrogeológico, Elaboração E Execução Do Programa De Monitoramento E Controle Ambiental E A Elaboração Do Projeto Técnico De Encerramento/Descomissionamento Do Maciço Principal

Risco:	Impacto: Pequeno: 1 Moderado: >1 e ≤2 Alto: >2 e ≤3 Crítico >3 e ≤4	Probabilidade: Rara = 1 Improvável: >1 e ≤2 Provável: >2 e ≤3 Quase certa: >3 e ≤4	Nível de Risco: Pequeno: ≥1 e ≤2 Moderado: ≥2 e ≤5 Alto: ≥5 e <9 Crítico: ≥9 e ≤16	Alocação de Responsabilidade de pelo Risco – Lei 13.303:2016:	Resposta ao Risco:
1 Pagamentos de serviços não efetivamente executados, executados com inconsistências nos relatórios de análise e/ou em desacordo com às normas, decorrente de causas diversas, gerando prejuízos à contratante	Alto 2,20	Provável 2,13	Moderado 3,8	Contratante	Reduzir – A contratante deve manter quadro de colaboradores suficientes para análise e acompanhamento dos serviços. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante
2 Danos causados por ausência de segurança do trabalho e/ou fiscalização inadequada nas frentes de serviço, gerando sequelas graves ou morte a terceiros e/ou empregados do Aterro Sanitário/Comurg.	Moderado 1,50	Improvável 1,32	Moderado 4,98	Contratada	Reduzir – Compartilhar – A contratada deverá executar procedimentos e serviços conforme as normas técnicas de segurança, projetos, definições, assumindo todos os custos visando a obtenção de segurança de dados e informações. É dever da contratada fornecer e treinar sua equipe quanto ao uso de EPI e EPC.
3 Prejuízos causados por erros e defeitos na execução do serviço pela contratada, decorrente de causas diversas, ensejando sua reconstrução total ou parcial	Alto 2,80	Provável 2,20	Moderado 2,20	Contratada	Reduzir – A contratada deve providenciar a correção dos erros e defeitos. Possibilidade de aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato pela contratante.
4 Prorrogação do prazo de execução dos serviços/obras em decorrência de ações da contratante/agentes externos (órgãos de controle e	Moderado 1,50	Improvável 1,50	Pequeno 1,50	Contratante	Aceitar – A contratante apresenta novo cronograma físico-financeiro, com possibilidade de aditivo de prazo, de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e/ou suspensão



	fiscalização), prejudicando andamento dos serviços/obra					temporária do contrato.
5	Possibilidade de ultrapassar o prazo previsto para a elaboração de cada serviço solicitado por motivos diversos, gerando custos adicionais por fatores imputáveis à contratada.	Moderado 1,80	Improvável 1,40	Pequeno 1,20	Contratada	Reduzir – A contratada deve se programar para realização de todas as etapas do serviço dentro do prazo estipulado. Possibilidade de aditivo de prazo, suspensão ou rescisão do contrato pela contratante.
6	Aumento de custos, perda de serviços, materiais e/ou atraso do serviço causados por chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais normalmente esperados para a época, prejudicando o andamento dos serviços/obras.	Alto 2,0	Improvável 1,40	Pequeno 1,40	Contratada	Reduzir – As condições climáticas não representam impeditivo para execução dos serviços contratados. Deve a contratada se organizar para que não seja prejudicada por isso.
7	Possíveis falhas na estimativa dos custos do serviço, inclusive em decorrência de omissão de serviços no orçamento e de previsões insuficientes de quantitativos de serviços.	Moderado 1,60	Improvável 1,30	Moderado 2,40	Contratante	Aceitar – A contratante apresenta novo cronograma físico-financeiro, com possibilidade de aditivo de prazo, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, suspensão temporária do contrato ou rescisão contratual.
8	Não aprovação dos produtos pela contratante por falta de atendimento às diretrizes da Comurg, critérios de medição, normas técnicas, requisitos de desempenhos de materiais.	Moderado 1,20	Improvável 1,82	Moderado 2,50	Contratada	Reduzir – Não aceitação e não medição do serviço pela contratante. Possibilidade de rescisão do contrato.
9	Atrasos no pagamento à contratada (recursos próprios) ocorrido por causas diversas, prejudicando a evolução dos serviços.	Alto 2,10	Provável 2,00	Moderado 2,20	Contratante	Reduzir/Aceitar – A contratante deve observar seu planejamento financeiro. Negociação comercial com a contratada. Possibilidade e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
10	Não cumprimento do contrato devido a ocorrência de força maior, caso fortuito, podendo gerar acréscimos no prazo, nos custos esperados e/ou paralisação dos serviços.	Moderado 1,50	Improvável 1,5	Pequeno 1,30	Contratada/ Contratante	Compartilhar/Aceitar – Exigência à contratada de garantia contratual e/ou seguro garantia para riscos seguráveis no Brasil. Possibilidade de aditivo de prazo, de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e/ou suspensão temporária do contrato para riscos que não possam ser objeto de cobertura ou cujo valor do prêmio seja incompatível com o valor do contrato.
11	Ausência do recebimento definitivo	Moderado	Improvável	Pequeno	Contratada	Reduzir – A contratada deve providenciar os



	do serviço pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, decorrente de causas diversas, podendo prejudicar ou gerar ineficiências de informações para o monitoramento.	1,50	1,20	1,50		ajustes e correções identificados pela fiscalização.
12	Insuficiência de ensaios de solo para dirimir dúvidas relativas à impactos e/ou passivos ambientais	Alto 2,50	Provável 2,20	Moderado 3,00	Contratada	Reduzir - A contratada deve executar cada etapa do serviço de acordo com as normas técnicas e solicitar aditivo financeiro de acordo com a necessidade que deve ser comprovada.
13	Possibilidade de não conseguir realizar a leitura dos piezômetros instalados nos maciços, ou de realizar a leitura de apenas uma parte destes.	Alto 2,90	Quase certa 3	Alto 7	Contratante	Aceitar - A contratante apresenta novo cronograma físico-financeiro, com possibilidade de aditivo de prazo, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para instalação de novos piezômetros.

RESULTADO DA MATRIZ DE RISCO

Risco médio alocado à Comurg (média de impactos e probabilidades dos riscos em que a contratante é responsável, inclusive quando a responsabilidade ocorrer em conjunto com a contratada)	Moderado 1,97	Improvável 1,91	Moderado 3,03
Risco médio alocado à empresa contratada (média de impactos e probabilidades dos riscos em quem a contratada é responsável, inclusive quando a responsabilidade ocorrer em conjunto com a contratante)	Moderado 1,85	Improvável 1,63	Moderado 2,26
Risco médio da contratação (média de impactos e probabilidades dos riscos)	Moderado 1,91	Improvável 1,77	Moderado 2,65

OBSERVAÇÃO: ESTA MATRIZ DE RISCO É PARTE INTEGRANTE DO PROJETO BÁSICO, EDITAL E CONTRATO.